

Tiradentes

Plano de Trabalho

ASSESSORIA TÉCNICA INDEPENDENTE

Leste de Minas - Território 6

Município de Conselheiro Pena.

Novembro de 2025



Sumário

1. Identificação da entidade e de seus coordenadores	5
2. Justificativa	7
2.1 Público-alvo	11
2.2 Público atendido	11
2.3 Contextualização do território e histórico da atuação	13
2.4 Diagnóstico preliminar de danos e demandas	19
2.4.1 Agravamento da Vulnerabilidade Socioambiental e Climática	21
2.4.2 Danos e demandas socioambientais e crise hídrica	24
2.4.3 Danos e demandas relacionadas à saúde física, mental e Assistência Social	28
2.4.4 Danos e demandas de economia, trabalho e renda	34
2.4.5 Danos e demandas culturais, identitárias, patrimoniais e educacionais	38
2.4.6 Danos diferenciados e demandas em gênero e raça	42
2.4.7 Danos e demandas relacionadas à infraestrutura e acesso a direitos	45
2.4.8 Danos e demandas relacionadas à mobilização e participação comunitária ..	50
2.4.9 Danos e demandas relacionadas aos Povos e Comunidades Tradicionais (PCTs)	53
2.4.10 Conclusão	56
2.5 Fundamentação Legal	57
3. Objetivo geral	59
4. Objetivos específicos:	61
5. Metodologia	63
5.1 Registro Familiar (RF)	64
5.2 Pesquisa-Ação, Educação Popular e Mobilização Social	65
5.2.1 Reuniões de Grupos de Atingidos e Atingidas (GAAs)	67
5.2.2 Visitas Técnicas (VTs) e Acompanhamento de Lideranças	68
5.2.3 Coletivo de Agentes Multiplicadores (AGMs)	68
5.2.4 Coletivo de Acompanhamento de Eixo – Eixo Temático AGM	69
5.2.5 Comissão de Atingidas/os	69
5.3 Espaços Participativos Externos	70
5.3.1 Espaço Participativo Externo – Acordo	70
5.3.2 Espaço Participativo Externo - Cidadão (Espaço de participação do cidadão)	70
5.4 Espaços e Metodologias Participativas com os Povos e Comunidades Tradicionais (PCTs)	71
5.4.1 Mapeamento de Povos e Comunidades Tradicionais	72
5.4.2 Oficinas de Tradicionalidade	73



5.4.3 Protocolos de Consulta Livre, Prévia, Informada e de Boa-fé.....	73
5.5 Ciranda	75
5.6 Materiais Pedagógicos e de Comunicação	77
6. Transparência e Rastreabilidade/ Monitoramento e Controle Social	81
7. Cronograma	84
8. Metas e indicadores	89
9. Orçamento detalhado do projeto	94
10. Referências bibliográficas	104



Siglas e abreviaturas

ACP – Associação Cultivar Projetos
APETRA – Associação de Pescadores e Trabalhadores de Aimorés
Aedas – Associação Estadual de Defesa Ambiental Social
AFE – Auxílio Financeiro Emergencial
AGMs – Agentes Multiplicadores
APP – Aplicativo
ATI – Assessoria Técnica Independente
CADÚNICO – Cadastro Único
CIF – Comitê Interfederativo
CRAS – Centro de Referência da Assistência Social
DRI – Diretrizes da Reparação Integral
EARSH – Estudo de Avaliação de Risco à Saúde Humana
ECT&I – Educação, Ciência, Tecnologia e Inovação
ETR – Economia, Trabalho e Renda
GAA – Grupo de Atingido e Atingidas
GI – Gestão da Informação
GT – Grupo de Trabalho
IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IEF – Instituto Estadual de Florestas
IFMG – Instituto Federal de Minas Gerais
IJs – Instituições de Justiça
MAB – Movimento dos Atingidos por Barragens
MOB – Mobilização
MPA – Ministério da Pesca e Aquicultura
MPMG – Ministério Público de Minas Gerais
MS – Ministério da Saúde
MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
NUCARD – Núcleo de Acompanhamento de Reparações por Desastres
PAS – Plano de Ação em Saúde
PCD – Pessoas com deficiência
PCELE – Patrimônio, Cultura, Esporte, Lazer e Educação
PCTs – Povos e Comunidades Tradicionais
PG – Programa
PID – Programa Indenizatório Definitivo
PIM – Programa de Indenização Mediada
POP – Procedimento Operacional Padrão
PROPECA – Plano de Reestruturação da Gestão da Pesca e Aquicultura
PTR – Programa de Transferência de Renda
REG – Gênero e Relações Étnico Raciais
RF – Registro Familiar
RGP – Registro Geral da Atividade Pesqueira
SECI – Sindicato dos Empregados no Comércio e Indústria de Ipatinga
SGP – Secretaria Geral da Presidência
SINTRAF – Sindicato dos Trabalhadores da Agricultura Familiar
SIV – Situações de Vulnerabilidade
SUAS – Sistema Único de Assistência Social
SUS – Sistema Único de Saúde
TTAC – Termo de Transação e Ajustamento de Conduta
UFJF – Universidade Federal de Juiz de Fora



01. Identificação da entidade e de seus coordenadores





Identificação da entidade e de seus coordenadores	
Nome:	Associação Estadual de Defesa Ambiental e Social (Aedas)
CNPJ:	03.597.850/0001-07
Endereço:	Rua Frei Caneca 139, Belo Horizonte/MG - CEP 31210-530
Representante Legal da Entidade:	Thais Amélia de Oliveira Gomes
Coordenadora Geral de Projeto:	Rayssa Pilar de Sousa Neves
Coordenador Institucional de Projeto:	Henrique Lacerda Arruda
Coordenadora Territorial de Projeto:	Brenda Sanches Ferreira



02. Justificativa





O presente plano de trabalho dedica-se a detalhar a proposta de atuação da assessoria técnica independente (ATI) a ser executada pela Aedas em favor da comunidade atingida pelo rompimento da barragem de Fundão no município Conselheiro Pena.

A Associação Estadual de Defesa Ambiental e Social (Aedas) foi criada no ano 2000 por moradores da comunidade de Casa Nova, no município de Guaraciaba/MG, para defender os direitos da comunidade local que, à época, esteve ameaçada pelo Projeto Hidrelétrico de Pilar por ficar próxima ao rio Piranga, afluente do rio Doce.

Desde sua criação, o principal objetivo da Aedas é interceder na defesa dos direitos das famílias atingidas por barragens e garantir um plano de negociação coletiva no caso de aprovação dos empreendimentos e início de danos às comunidades. As ações da Aedas junto às comunidades atingidas visam a reparação justa nos temas da habitação, renda, fundiários, meio ambiente, saneamento, transporte e estradas, educação, saúde, lazer, produção agrícola, comercialização, agroindústria, entre outros.

O rompimento da barragem de rejeitos de Fundão, de responsabilidade da Samarco Mineração S.A. (uma joint-venture das mineradoras Vale S/A e BHP Billiton do Brasil Ltda), ocorrido no dia 05/11/2015, é, possivelmente, a maior catástrofe socioambiental brasileira. O desastre socio tecnológico, mais que ambiental, é, sobretudo, humano, pois as famílias atingidas perderam tudo - não só os bens materiais -, mas também suas atividades econômicas, sua saúde, o acesso ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, seus modos de vida e a tranquilidade que desfrutavam em suas comunidades.

Um grande desafio no processo de reparação dos danos causados pelo rompimento é o da ampla e decisiva participação das pessoas atingidas. Este é entendido como um processo complexo que supõe a negociação e o conflito entre diferentes interesses e grupos sociais buscando, ao fim, a harmonização e a possibilidade de seguir adiante com o desenvolvimento local através da viabilização de soluções coletivas e concretas para as demandas dos atingidos dos territórios. A participação tem como elemento central o estabelecimento de mecanismos e procedimentos que favoreçam a informação qualificada, a tradução de dados técnicos e a consolidação de pleitos dos atingidos, contribuindo para a compreensão das pessoas atingidas sobre as possibilidades reais de acesso às ações reparatórias e para as decisões relacionadas ao



futuro de suas vidas. Isso envolve desde a oferta de informações adequadas e tempestivas, apresentadas em linguagem e formato acessíveis à população, até a definição de procedimentos de comunicação alinhados à cultura, às tradições e às práticas usuais das comunidades locais, de modo a garantir que a informação seja efetivamente compreendida e utilizada pelas pessoas atingidas na disputa por direitos.

A Assessoria Técnica Independente (ATI) - Aedas desenvolve sua atuação em quatro territórios da Bacia do rio Doce atingidos pelo rompimento da barragem de Fundão (Samarco/Vale/BHP Billiton), conforme deliberação judicial e processo de construção coletiva com as populações atingidas. A atuação da Aedas como assessoria técnica independente na Bacia do rio Doce exige um esforço contínuo de presença territorial e escuta qualificada diante de uma grande extensão geográfica. São quatro territórios assessorados, compostos por 15 (quinze) municípios, com distâncias que podem chegar a 280 km entre os municípios (distância entre Ipatinga, no Vale do Aço; e Aimorés, no Leste de Minas). Uma realidade que demanda estratégias específicas para garantir o acesso equitativo à informação e à participação no acompanhamento das pessoas atingidas durante o processo reparatório. Esse cenário impõe desafios logísticos e metodológicos importantes, mas também reafirma o compromisso da Aedas com um trabalho de construção contínua junto a cada comunidade, seja ela urbana ou rural.

Cada município representa uma diversidade significativa de contextos socioeconômicos, ambientais e culturais. São compostos por áreas urbanas e rurais, comunidades tradicionais, povos indígenas, quilombolas, pescadores, agricultores familiares, extrativistas e ribeirinhos, todos atingidos pelo rompimento e pelos desdobramentos socioeconômicos e ambientais prolongados do maior desastre socioambiental da história do Brasil.

Em contextos tão desiguais e marcados por ausências da institucionalidade, a presença da ATI se torna essencial como elo entre os atingidos e os instrumentos institucionais da reparação. A prática da escuta qualificada, da mobilização participativa e da construção de diagnósticos técnico-populares é estruturante para garantir o protagonismo dos atingidos nos processos decisórios de reparação.

Além disso, a atuação da ATI é fundamental para a construção de uma compreensão qualificada, participativa e contextualizada dos danos vividos pelas populações atingidas, especialmente daqueles que não se expressam em indicadores



tradicionais ou em métricas ambientais. Em um cenário marcado por desigualdades históricas e processos de invisibilização, a Aedas assume o papel de identificar danos profundos que atingem os modos de vida, a saúde física e mental, a identidade coletiva, as relações comunitárias, os vínculos culturais e a sustentabilidade econômica local. Danos como esses são frequentemente ignorados por abordagens padronizadas, que não captam a complexidade da vivência territorial.

Ao caminhar no território, ouvir as comunidades, sistematizar experiências e organizar oficinas participativas, a ATI colabora para a formulação de um diagnóstico técnico-popular mais justo e condizente com a realidade. Por meio de metodologias interdisciplinares e adaptadas ao contexto local, constrói-se um entendimento ampliado dos danos, essencial para assegurar uma reparação que seja de fato justa, integral e transformadora. A atuação se desenvolve em uma vasta extensão territorial, que cobre o curso médio do rio Doce e seus principais afluentes, passando por áreas de alta diversidade ecológica e geográfica, entre serras, várzeas, regiões inundáveis, florestas em regeneração e territórios tradicionalmente ocupados.

Muitas dessas comunidades sequer foram reconhecidas como atingidas nos cadastros iniciais, sendo necessário um trabalho sistemático e ativo da ATI para o reconhecimento de direitos coletivos e individuais e para a reparação de danos invisibilizados, com especial atenção às desigualdades de raça, gênero, faixa etária e território. A exclusão inicial, tanto institucional quanto nos processos indenizatórios, atingiu de forma desproporcional mulheres, jovens, idosos, crianças, pessoas negras, povos indígenas e populações do campo. Dessa forma, a atuação da Aedas assume um caráter multidisciplinar e intersetorial, envolvendo profissionais de diversas áreas do conhecimento que atuam de forma integrada.

A construção dos Planos de Trabalho da ATI exige planejamento territorializado, contínuo e adaptado, com capacidade técnica para responder à complexidade das demandas e à diversidade dos sujeitos e territórios envolvidos. Cabe ressaltar que a função da ATI é técnica, mas é também política, no sentido auxiliar a pessoas atingidas na compreensão das discussões coletivas sobre suas demandas, os danos e a reparação, bem como também é pedagógica, contribuindo para a reconstrução dos vínculos comunitários, para o fortalecimento da autonomia dos atingidos e para a garantia do



direito à participação informada nas decisões que dizem respeito aos seus modos de vida, territórios e projetos de vida.

2.1 Público-alvo

A Aedas, assim como nenhuma outra entidade, dispõe do número real de atingidos e atingidas, tampouco do parâmetro descritivo da população que identifique atingidos(as) no território. Diante disso, cientes de que o universo de atingidos é desconhecido, a assessoria não define quem pode ou não se reconhecer enquanto atingido(a), e considerando os extensos danos decorrentes do rompimento da Barragem de Fundão, utilizamos os dados populacionais do Censo 2022 do território para estimar o público-alvo de 20.824 pessoas ao total.

Tabela 1 - Público-alvo do plano de trabalho

Municípios do território	N	%
Conselheiro Pena	20.824	100,0%
Total do público-alvo	20.824	100,0%

Fonte: Elaborada pelos autores com base nos dados populacionais do Censo 2022.

2.2 Público atendido

Com o objetivo de estimar o público efetivamente atendido no do Projeto de Assessoria Técnica Independente na região que contempla o Território 06 (município de Conselheiro Pena) para o Acordo Judicial para Reparação Integral e Definitiva, calculou-se o tipo de engajamento participativo nas diferentes estruturas participativas da Aedas nos anos de 2022 e 2023.

Nesse sentido, a participação social foi categorizada, a partir do espectro proposto por Vitorelli e Barros (2022), a partir do qual foi identificada a prevalência de três tipos de público no trabalho desenvolvido pela assessoria técnica independente:

- **Público envolvido** - É a parcela da população atingida que busca a informação trazida pela assessoria técnica independente, envolvendo-se com os materiais comunicativos produzidos, solicitando atendimentos e/ou participando de espaços participativos realizados de forma eventual.



- **Público engajado** - É a parcela da população atingida que se insere de forma orgânica e recorrente nos espaços participativos comunitários da ATI. Estes, ainda que não participem ativamente do processo de formulação de produtos e de arenas participativas da reparação a nível territorial (tais como reuniões públicas fora do território ou da comissão de atingidos), demandam um acompanhamento próximo por parte da ATI e se fazem presentes nos espaços realizados na comunidade.
- **Participação colaborativa:** Esta é a parcela da população atingida que se envolve de maneira mais intensa com os desdobramentos do processo de reparação. Se envolve tanto em caráter formulativo quanto deliberativo, atuando como referências em suas respectivas comunidades.

Com base na tipologia acima apresentada, o orçamento do plano de trabalho foi estimado considerando o atendimento prioritário desses três tipos de público e o histórico de atuação do projeto anterior, executado entre 2022 e 2025. É importante destacar que o Acordo Judicial traz importantes mudanças para o cenário da reparação com novos reconhecimentos e possibilidades de acesso. Dessa forma, ainda que o recorte do período anterior sirva de base para um dimensionamento de projeto, é difícil afirmar que esta base é um indicador confiável para a demanda da ATI no próximo período.

TIPO DE PÚBLICO	ESTIMATIVA
Público envolvido	2000 pessoas
Público engajado	745 pessoas
Participação colaborativa	40 pessoas

Enquanto o público envolvido foi estimado levando em consideração a demanda atual efetiva da ATI, os públicos engajado e colaborativo foram calculados levando-se em consideração a disponibilidade de recursos para execução da metodologia participativa existente no Acordo.



2.3 Contextualização do território e histórico da atuação

Segundo dados mais recentes do IBGE (2024), o município de Conselheiro Pena possui uma área total aproximada de 1.483,883 km², sendo a área urbanizada de apenas 5,85km² (2019). Nesse sentido, boa parte do território encontra-se em área rural, embora sua população esteja mais concentrada na área urbana. De acordo com o Censo de 2022, o município possui cerca de 20.824 habitantes, com a projeção para 2025 de 21.052 pessoas, sendo a sua maioria de pessoas negras (pretas e pardas). Constituem a sua população povos e comunidades tradicionais, como pescadores artesanais, ribeirinhos e areeiros e carroceiros.

Conselheiro Pena e o distrito de Barra do Cuieté estão localizados às margens do rio Doce, tendo uma população ribeirinha considerável, com destaque para moradias e estabelecimentos rurais. Por esse motivo, a relação com o rio Doce é constitutiva de processos de territorialização baseados na vivência em áreas férteis próximas ao rio e seus afluentes. As relações sociais, comunitárias e econômicas de Conselheiro Pena, assim como do restante das cidades que constituem o Vale do rio Doce, são necessariamente constituídas a partir da relação com o rio Doce.

O rio Doce se insere na história e na vida cotidiana dos habitantes de Conselheiro Pena, assim como dos demais Territórios do Leste de Minas, constituindo seus lugares e modos de vida em torno da dinâmica fluvial não apenas em atividades de subsistência e econômicas, mas também como possibilidade do exercício de práticas de lazer, prática de esportes, brincadeiras nas praias, até a prática da pesca e os churrascos na beira do rio que conformavam momentos de encontro e sociabilidade. Desse modo, a contaminação do rio pelos rejeitos provenientes do rompimento da barragem de Fundão alterou consideravelmente as relações socioeconômicas e comunitárias deste Território, esgarçando os laços comunitários, gerando conflitos e alterações nos modos de vida e sociabilidade.

Em relação à dimensão socioeconômica, cabe destacar a pluriatividade laboral como uma característica marcante dos territórios do Leste de Minas, observando-se a realização de diversas atividades econômicas por parte de um mesmo indivíduo ou membros de um conjunto familiar. Esta diversidade de atividades exercidas é parte fundamental do orçamento familiar e dos modos de vida, traços culturais e produção das subjetividades e identidades das pessoas atingidas no Território 6.



Embora a questão da pluriatividade seja determinante para a caracterização deste Território, importante destacar que, no assessoramento feito pela Aedas no município durante os últimos dois anos, as atividades pesqueira e de produção rural são marcantes neste município, bem como a atividade dos areeiros e carroceiros – grupo este que, com a contribuição da Aedas, busca o seu reconhecimento como tradicional.

A atividade pesqueira em Conselheiro Pena é realizada em diversas modalidades (comercial artesanal, de subsistência, de barranco e amadora), sendo atividade geradora de trabalho, renda e subsistência no território. Segundo o Mapa de Organizações de Sociedade Civil do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA, 2021), existem sete associações de pescadores amadores e profissionais nos territórios do Leste de Minas, com sedes em Aimorés, Resplendor e Conselheiro Pena. Neste município, como indício da relevância da atividade pesqueira, se localiza a sede da Colônia de Pescadores Artesanais e Aquicultores de Conselheiro Pena e Região Z-43.

Contudo, desde o rompimento da barragem, a atividade pesqueira foi severamente prejudicada, assim como os pescadores e pescadoras artesanais profissionais, de subsistência, de barranco e amadores. A comercialização e consumo de pescados reduziram drasticamente, alterando significativamente a vida, a base alimentar e a economia do Território. Esse elemento, inclusive, é marcante e se repete nos demais territórios assessorados pela Aedas no Leste de Minas.

Os produtores e produtoras rurais ribeirinhos encontram-se às margens esquerda, entre os municípios de Galiléia e Conselheiro Pena (BR259, pertencentes à Associação Beira Rio Sustentável - ABRS) e direita (estrada para Barra do Cuieté e Tumiritinga, pertencentes à Associação da Sapucaia e Desenvolvimento Ambiental - ASDA), do rio Doce. A principal atividade desenvolvida por esse grupo é a pecuária de leite e carne para comercialização e autoconsumo, havendo também produção de galinha, porco e frutas (coco, goiaba, acerola, manga, quiabo, maracujá, dentre outras) que contribuíam na alimentação e geração de renda. Faziam uso do rio Doce para a irrigação de pastagens, capineiras, pomares, hortas e dessedentação animal e praticavam a pesca para lazer e alimentação.

Relatam que as “baixas”, como são chamados os locais inundáveis pelas cheias, eram as áreas mais produtivas que possuíam, com solo bastante fértil, e que, antigamente, as enchentes eram benéficas, menores e menos recorrentes, além de



trazerem uma quantidade considerável de sedimentos e matéria orgânica que fertilizavam as beiradas do rio, beneficiando suas pastagens, pomares e plantios. Esses produtos eram vendidos em feiras, para restaurantes, mercados e cooperativas.

Os areeiros e carroceiros de Conselheiro Pena, assessorados pela Aedas, contam que o início da atividade de retirada da areia do Rio Doce começa com o surgimento da cidade, em uma região antes conhecida como Lajão. O local passou a se desenvolver a partir da criação da estação de trem Lajão e da chegada de novos moradores atraídos pelas pedras semipreciosas e pela qualidade das terras. Grande parte das casas das redondezas foi construída com areia do rio tirada de maneira artesanal pelos areeiros e carroceiros. Os areeiros e carroceiros do município se dedicam a duas atividades tradicionais vinculadas entre si: atividade de extração de areia e utilização das carroças para venda dela. Essas atividades, especialmente a de extração da areia, estão diretamente ligadas à história do município de Conselheiro Pena.

Os areeiros e carroceiros sempre sustentaram suas famílias a partir da renda dessas atividades. Segundo relato do grupo, existem na cidade de Conselheiro Pena pelo menos três gerações de areeiros, que transmitem o ofício de geração para geração. Antes do rompimento da barragem de Fundão, o principal ponto de extração de areia na cidade era no encontro do Córrego João Pinto com o rio Doce.

Após o rompimento, houve uma descredibilização da qualidade da areia, com muita desconfiança por parte dos clientes sobre a contaminação da areia pelos rejeitos do rompimento. O Córrego João Pinto foi interditado posteriormente para contenção de enchentes. Com essa situação, os areeiros migraram para retirar areia em outros pontos ao longo da cidade. No entanto, em dezembro de 2023, foram surpreendidos com uma denúncia de mineração ilegal sendo impedidos de realizarem suas atividades por falta de alvará ambiental.

Toda a área do córrego foi licenciada para uma única empresa mineradora, que tem autorização para a extração de areia. Com isso, toda a comunidade que sustentava suas famílias por meio da atividade artesanal e tradicional e sem causar danos ao meio ambiente foi impedida de continuar exercendo seu trabalho. Por esse motivo, somado aos danos decorrentes do rompimento (dificuldade na venda da areia por desconfiança com o produto etc), agravou-se a situação de vulnerabilidade das famílias de areeiros e carroceiros, que perderam sua principal fonte de renda. Com o trabalho de assessoria



técnica da Aedas, foram enviados ofícios à extinta Fundação Renova e aos órgãos municipais responsáveis a fim de buscar apoio para solucionar o problema. Até então, o avanço consolidado foi a disponibilização, por meio da Prefeitura Municipal, da doação de cestas básicas para as famílias dos areeiros.

Os membros da Associação de Areeiros e Carroceiros estão, desde então, lutando pelo reconhecimento de seus trabalhadores como comunidade tradicional, pois é um grupo de organização social própria que ocupam e utilizam os recursos naturais do território para sustento e reprodução de seus modos de vida por meio de práticas e conhecimentos transmitidos de geração em geração.

Além das categorias acima mencionadas, destacamos a organização dos chacreiros e ilheiros, das mulheres de Barra do Cuieté, bem como das moradoras e dos moradores de bairros ribeirinhos do território de Conselheiro Pena, como os de São Luiz e José Ferreira de Queiroz, que sofrem todos esses anos após rompimento com as enchentes contaminadas com rejeitos.

Os chacreiros e ilheiros de Conselheiro Pena caracterizam-se pela pluriatividade, sendo as principais atividades desenvolvidas a pesca e a agricultura, tanto para subsistência quanto para comercialização. São comunidades que vivem ao longo do rio Doce, chegando até o distrito de Barra do Cuieté. O rompimento causou danos à renda desses grupos, tendo em vista que as atividades desempenhadas são completamente dependentes da água do rio Doce. Além disso, são grupos que se sentem invisibilizados dentro do processo de reparação, visto que não foram indenizados e reconhecidos da mesma forma que outras categorias que executam atividades semelhantes.

As pessoas atingidas do distrito de Barra do Cuieté vêm desenvolvendo uma organização popular própria. Por ser um distrito pequeno, todos os moradores se conhecem e nutrem relações. O rompimento da barragem de Fundão alterou consideravelmente os modos e qualidade de vida dos moradores de Barra, além de ter causado êxodo de uma parte da população devido aos enormes danos sofridos, dentre eles um processo de empobrecimento e vulnerabilidade socioeconômica das famílias. Assim como boa parte das pessoas atingidas do Leste de Minas, os moradores de Barra do Cuieté exercem a pluriatividade, com destaque, mais uma vez, para as atividades de pesca e agricultura.



Importante ainda mencionar o papel das mulheres nesta comunidade. A maioria das lideranças acompanhadas pela Aedas nesse distrito são mulheres, bem como a maioria dos espaços participativos que organizamos junto às pessoas atingidas contam, em sua maioria, com grande presença das mulheres de Barra, que lutam por visibilidade e pelo seu reconhecimento no processo de reparação.

Por fim, destacamos também os moradores dos bairros de São Luiz e José Ferreira de Queiroz, que são bairros ribeirinhos do município de Conselheiro Pena, que sofrem com as enchentes desde antes do rompimento, mas que vem se agravando após o ocorrido. Os bairros possuem associações de moradores, cuja presidência é de responsabilidade de uma liderança atingida, que luta por melhores condições e qualidade de vida para os moradores de ambos os bairros, que sofrem com a vulnerabilidade social, água contaminada e precarização das moradias, especialmente devido ao aumento considerável das enchentes.

No que diz respeito à organização das pessoas atingidas do Território 6, cumpre dizer que a população atingida de Conselheiro Pena possui histórico de organização e luta por direitos face às violações trazidas pelo rompimento desde novembro de 2015. A esse processo de luta foi acrescida a luta pelo direito à ATI, motivada pelas ações do Fundo Brasil Direitos Humanos. Os agricultores atingidos do município pautavam a Samarco e, depois, a Fundação Renova, por meio de suas associações: a Associação da Sapucaia e Desenvolvimento Ambiental (ASDA) - entidade de produtores que já existia antes de 2015 - e a Associação Beira Rio Sustentável - que foi criada depois do rompimento com o objetivo de reunir agricultores da margem esquerda do rio Doce e que não eram organizados. Através delas, os agricultores apresentavam suas demandas e particularidades, enfrentando uma grande dificuldade relativa à desinformação e à falta de instrumentos para pressionar a Fundação Renova.

Ao mesmo tempo, os pescadores - outra grande categoria atingida na cidade e na zona rural - apresentavam seus pleitos por meio da Associação dos Pescadores de Conselheiro Pena e Região, fazendo diversas denúncias e acompanhando a categoria no processo de negociação. A atuação destas organizações locais foi fundamental naquele período, mas havia problemas relativos à atuação de forma fragmentada e sem uma assessoria técnica independente.

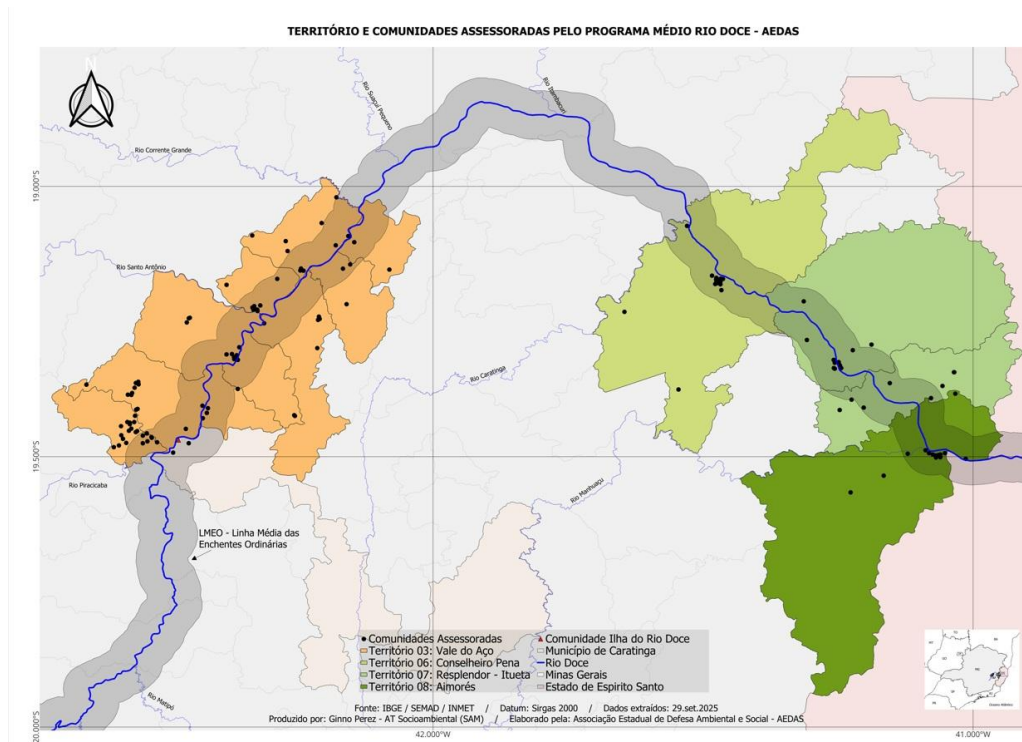


Motivados pelo processo do Fundo Brasil de Direitos Humanos e pelo trabalho das referidas organizações sociais, os atingidos passaram a realizar um conjunto de reuniões de esclarecimentos sobre o direito à assessoria técnica independente e constituíram a sua Comissão Local dos Atingidos e Atingidas de Conselheiro Pena, com o objetivo de organizar a escolha da entidade que prestaria assessoria, conforme preconiza o Aditivo ao TAP e o Edital do Fundo, mas, sobretudo, de constituir um espaço unificado para promover a participação.

Com a chegada, em 2023, da Aedas como Assessoria Técnica Independente escolhida pela Comissão Local dos Atingidos e Atingidas de Conselheiro Pena, foi iniciado o processo de organização das pessoas atingidas a partir dos Grupos de Atingidas e Atingidos (GAAs). Esses grupos foram divididos com base na organização pré-existente da população atingida, considerando as categorias profissionais e os bairros atingidos, principalmente. Assim, atualmente, temos assessorado o total de 12 GAAs que, somados, contabilizam 300 pessoas atingidas.

Além dos grupos de atingidos e atingidas, a Aedas também assessora a Comissão Territorial de Conselheiro Pena, organização consolidada com o apoio da ATI no final do ano de 2023, após determinação das Instituições de Justiça para cumprimento do TAC-Governança. Atualmente, a Comissão é formada por 14 pessoas atingidas, com representatividade de pescadores, produtores rurais, agricultores, areeiros e carroceiros, pessoas atingidas do distrito de Barra do Cuieté e ilheiros. A Comissão Territorial tem cumprido papel essencial na luta das pessoas atingidas pelo rompimento da barragem de Fundão em Conselheiro Pena e na conquista de direitos dessas pessoas com o assessoramento da Aedas.

Temos também a organização do coletivo de agentes multiplicadores, que são as lideranças territoriais, responsáveis pela mobilização e organização de suas comunidades em torno das pautas do processo de reparação. Em Conselheiro Pena, temos organizado um grupo de 33 agentes multiplicadores.



¹Fonte: Aedas, 2025

2.4 Diagnóstico preliminar de danos e demandas

O Território 06 – Conselheiro Pena, integrante da área de atuação da Aedas no Médio Rio Doce, caracteriza-se por sua notável diversidade sociocultural e econômica, abrangendo realidades urbanas e rurais, povos indígenas, ribeirinhos, ilheiros, areeiros e carroceiros, pescadores artesanais e agricultores familiares. Sobre essa complexa teia de vida que o rompimento da Barragem de Fundão, em 2015, se abateu, transcendendo a dimensão ambiental para tornar-se um evento catalisador de violações multidimensionais que destruturou profundamente a existência de centenas de milhares de pessoas. O crime impôs uma multidimensionalidade de danos que vão desde a contaminação ambiental até a ruptura de modos de vida tradicionais, passando por graves danos na saúde física e mental, no trabalho, na renda e no tecido social.

Nove anos depois, as populações atingidas continuam a enfrentar os efeitos cumulativos e interligados do crime da Samarco/Vale/BHP Billiton. Essa diversidade territorial e sociocultural imprime aos danos um caráter profundamente diferenciado, exigindo respostas reparatórias que sejam específicas, territorializadas e construídas a

¹ Fonte: Aedas, 2025



partir da escuta qualificada e da participação ativa das populações locais. Muitas das formas de sofrimento e perda, como os danos sobre os modos de vida, a identidade coletiva, as relações comunitárias, a saúde mental e as práticas produtivas tradicionais, não são capturadas por instrumentos técnicos padronizados, o que historicamente tem resultado na sua invisibilização nos processos de reparação.

É nesse contexto que se insere a atuação da Aedas. Por meio da escuta qualificada, da mobilização social e de metodologias participativas interdisciplinares, a Assessoria Técnica Independente (ATI) identifica e sistematiza os danos e demandas comunitárias, traduzindo a realidade vivida para construir a base técnica necessária para uma reparação integral, justa e emancipadora. Entende-se que os danos aqui catalogados possuem caráter multidimensional e cumulativo, manifestando-se de maneira diferenciada conforme o território, o perfil sociocultural e as condições de vida prévias das famílias. Mais do que um levantamento temático, este diagnóstico busca evidenciar as interdependências entre as dimensões socioambiental, econômica e de saúde, reforçando a necessidade de abordagens integradas e territorializadas no desenho das ações de reparação.

Este diagnóstico preliminar constitui uma síntese analítica dos danos identificados no território 06, com base nos atendimentos, nos registros sistemáticos do Registro Familiar (RF) e na participação ativa das comunidades. Seu objetivo é delimitar os eixos centrais de violação de direitos decorrentes do rompimento, articulando os danos relatados pelas populações atingidas às demandas reparatorias urgentes e estruturantes.



2.4.1 Agravamento da Vulnerabilidade Socioambiental e Climática

O agravamento da vulnerabilidade socioambiental e climática no território de Conselheiro Pena cria um cenário de risco crítico e crescente, onde o rompimento da barragem de Fundão atuou como um multiplicador de ameaças. O município já possuía sensibilidade elevada a eventos climáticos extremos, e teve sua capacidade de resiliência drasticamente fragilizada pela contaminação do Rio Doce e de seus afluentes. A combinação perversa entre a degradação ambiental e a intensificação das mudanças climáticas amplifica a frequência e os danos de enchentes e secas, que recaem de forma desproporcional sobre as populações já mais vulnerabilizadas pelo crime.

As "enchentes de rejeito" tornaram-se um fenômeno recorrente e devastador, não apenas alagando áreas habitadas e produtivas, mas também espalhando contaminantes e assoreando corpos hídricos a cada novo evento. Esse ciclo vicioso aprofunda concretamente os danos à saúde, a insegurança hídrica e alimentar, configurando um cenário onde o dano ambiental amplifica a crise social e vice-versa. O resultado é a fragilização extrema da resiliência econômica local e a insuficiência das redes de proteção social para dar conta de crises sobrepostas, exigindo respostas urgentes, integradas e territorializadas.

Demandas: O agravamento da vulnerabilidade socioambiental e climática no território de Conselheiro Pena, intensificado pelo rompimento e pelas enchentes de rejeito, exige respostas urgentes e integradas. É fundamental a implementação de um sistema de alerta precoce comunitário, com monitoramento participativo das condições hidrometeorológicas, capacitação de brigadas locais de emergência e estruturação de abrigos temporários em áreas seguras. Paralelamente, tornam-se necessários projetos de adaptação climática com enfoque territorial, incluindo a recuperação de nascentes e matas ciliares para regulação hídrica, a implementação de infraestrutura verde (barraginhas, terraceamento) e o incentivo à agricultura de base agroecológica, mais resiliente a extremos climáticos.

Diante da insegurança hídrica e alimentar, demanda-se políticas específicas de segurança hídrica e alimentar, com ampliação de cisternas para consumo e produção, criação de bancos de sementes crioulas adaptadas e distribuição regular de água potável



em períodos críticos. Para enfrentar o risco específico de contaminação durante as enchentes, são urgentes planos de contingência que prevejam a distribuição de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs), o monitoramento sanitário pós-inundações e a vigilância popular da qualidade da água e do solo.

Medidas de proteção social antecipatória são igualmente cruciais, incluindo a ativação automática de benefícios emergenciais diante de alertas meteorológicos e protocolos específicos para evacuação segura de grupos vulneráveis. Para romper o ciclo de vulnerabilidade, é imprescindível fortalecer a resiliência econômica local mediante a criação de um fundo de emergência para perdas agrícolas, a implementação de seguros coletivos para pequenos produtores e a diversificação de fontes de renda. Essas medidas, articuladas de forma coordenada, visam construir um território mais resiliente.

Quadro 01 - Agravamento da Vulnerabilidade Socioambiental e Climática Território 6

Dano Identificado	Demandas Comunitárias e Estruturantes	População atingida prioritária
Aumento da frequência e intensidade de desastres (enchentes, secas)	Sistema de alerta precoce comunitário	Populações ribeirinhas, comunidades em áreas de risco, agricultores familiares, PCTs
	Monitoramento hidrometeorológico participativo	
	Brigadas locais de emergência	
	Estruturação de abrigos temporários em áreas seguras	
Aprofundamento da Insegurança Hídrica	Recuperação de nascentes e matas ciliares	Agricultores, PCTs, populações urbanas periféricas, comunidades isoladas
	Infraestrutura verde (barraginhas, terraceamento)	
	Sistemas comunitários/individuais alternativos de produção de energia (solar)	
	Ampliação de cisternas para consumo e produção	
	Distribuição regular de água potável em períodos críticos	



Agravamento da Insegurança Alimentar	Incentivo à agricultura agroecológica resiliente – quintais produtivos	Famílias de baixa renda, areeiros e carroceiros, agricultores atingidos, crianças e idosos
	Criação de bancos de sementes crioulas	
	Políticas específicas de segurança alimentar	
	Fortalecimento de circuitos curtos de comercialização	
Risco de contaminação durante e após eventos climáticos	Plano de contingência para enchentes com foco na contaminação	Ribeirinhos, areeiros e carroceiros, pescadores, comunidades com saneamento precário
	Distribuição de EPIs para exposição a rejeitos	
	Monitoramento sanitário pós-inundações	
	Vigilância popular da qualidade da água e solo	
Fragilização da Resiliência Econômica Local	Criação de um fundo de emergência para perdas climáticas	Pescadores, agricultores familiares, comerciantes locais, catadores de materiais recicláveis
	Implementação de seguros coletivos para pequenos produtores	
	Diversificação de fontes de renda não dependentes do rio	
	Fomento a economias locais e verdes	
Proteção Social Insuficiente frente a Crises Sobrepostas	Ativação automática de benefícios emergenciais diante de alertas	Idosos, PcDs, mães solo, famílias em extrema pobreza
	Mapeamento prioritário de famílias em vulnerabilidade extrema	
	Protocolos específicos para evacuação de idosos, PcDs e comunidades isoladas	
	Fortalecimento da rede SUAS	
Degradação Acelerada dos Ecossistemas	Projetos de adaptação climática com enfoque territorial	Populações que dependem dos serviços ecossistêmicos (água, pesca, agricultura)
	Recuperação de Áreas de Preservação Permanente (APPs)	
	Manejo sustentável da biodiversidade	
	Corredores ecológicos para aumentar a resiliência	



Fonte: Dados de registros familiares e dos espaços participativos da assessoria técnica independente Aedas (MRD01)

2.4.2 Danos e demandas socioambientais e crise hídrica

O território de Conselheiro Pena, assim como outros municípios da bacia do Rio Doce, enfrenta uma crise socioambiental profunda e multifacetada, resultado direto do rompimento da Barragem de Fundão. Os impactos transcendem a contaminação imediata, configurando um processo contínuo de degradação que compromete a segurança hídrica, a saúde dos ecossistemas e as bases das atividades produtivas tradicionais.

A contaminação hídrica do Rio Doce e seus afluentes por rejeitos de mineração gerou um cenário de permanente insegurança ambiental para populações ribeirinhas, pescadores artesanais, agricultores familiares e comunidades tradicionais. Essa situação é agravada pelas alterações no regime hidrológico, marcadas pelas temíveis "enchentes de rejeitos", que, periodicamente, remobilizam os sedimentos contaminados, assoreiam o leito do rio e invadem áreas produtivas e habitacionais. A degradação dos solos agrícolas e das Áreas de Preservação Permanente (APPs), somada à perda crítica de biodiversidade e da fauna aquática, inviabiliza modos de vida historicamente consolidados. O resultado é uma insegurança hídrica e alimentar generalizada, que exige ações urgentes de monitoramento, descontaminação e recuperação dos recursos naturais. Problemas sanitários crônicos, como a destinação inadequada de resíduos sólidos e a precariedade ou inexistência de esgotamento sanitário, amplificam os riscos à saúde pública e contribuem para a degradação dos mananciais, demandando intervenções estruturais em saneamento básico e vigilância epidemiológica.

Demandas: Para enfrentar a grave crise socioambiental, as comunidades do território de Conselheiro Pena demandam o monitoramento contínuo, independente e participativo da qualidade da água, com a imediata implementação de sistemas alternativos de abastecimento de água potável, como cisternas, poços artesianos e adutoras, além da distribuição emergencial e regular de água mineral para consumo humano.

É fundamental a execução de obras de desassoreamento e descontaminação do Rio Doce e seus afluentes. Para combater a degradação de solos e a perda de



biodiversidade, são necessários programas de recuperação de nascentes e matas ciliares, a implementação de tecnologias sociais de captação de água de chuva (como barraginhas) e projetos de repovoamento da fauna aquática.

O enfrentamento da insegurança alimentar requer o fortalecimento da agricultura familiar agroecológica, a criação de bancos de sementes crioulas e programas de segurança alimentar. A remoção segura dos rejeitos acumulados em áreas produtivas, com gestão participativa das áreas contaminadas, é uma prioridade. A universalização do saneamento básico, com a construção de redes de esgoto, estações de tratamento e sistemas de coleta seletiva de lixo, é imprescindível. Por fim, é crucial o fortalecimento da vigilância epidemiológica e sanitária comunitária, integrando saberes tradicionais e científicos, e a garantia de participação ativa das comunidades em todas as etapas de planejamento e fiscalização dessas ações.

Quadro 02 – Danos e Demanda Socioambientais e Crise Hídrica no Território 6

Dano Identificado	Demandas Comunitárias Relacionadas	População atingida prioritária
Contaminação do Rio Doce e afluentes por rejeitos	Monitoramento contínuo da qualidade da água	Ribeirinhos, areeiros e carroceiros, pescadores, comunidades tradicionais, agricultores
	Captação alternativa de água potável	
	Fornecimento de água mineral segura	
	Desassoreamento e descontaminação do rio	
Alteração do regime de cheias ("enchentes de rejeitos")	Planos de contingência e alerta	Populações ribeirinhas, ilheiros, agricultores
	Melhoria da infraestrutura de drenagem	
	Proteção civil	
	Fundo para emergências ambientais	
Degradação de solos agrícolas e Áreas de Preservação Permanente (APPs)	Recuperação de nascentes e matas ciliares	Agricultores familiares, ilheiros
	Recuperação de solos com tecnologias sociais (barraginhas)	
	Pagamento por Serviços Ambientais (PSA)	



	Reflorestamento de APPs e agroecologia	
Perda de biodiversidade e dano à fauna aquática	Recuperação do ecossistema aquático	Pescadores artesanais, comunidades tradicionais
	Repovoamento de espécies nativas e manejo de espécies invasoras	
	Monitoramento da fauna	
Insegurança hídrica e alimentar	Tecnologias sociais de captação (cisternas)	População atingida, agricultores, comunidades tradicionais
	Construção/ampliação de ETAs e reservatórios	
	Água para produção agrícola e dessedentação animal	
	Programas de segurança alimentar	
Interrupção de atividades tradicionais (pesca, agricultura, extrativismo)	Retomada da pesca e aquicultura sustentável	Pescadores, areeiros e carroceiros tradicionais
	Apoio à agricultura familiar e agroecologia, quintais produtivos	
	Acesso e fortalecimento de mercados locais	
Acúmulo de rejeitos em áreas produtivas e habitacionais	Remoção ou manejo seguro de rejeitos	Comunidades ribeirinhas, ilheiros, agricultores
	Gerenciamento de Áreas Contaminadas (GAC)	
	Sinalização de áreas de risco	
Danos à saúde vinculados à contaminação ambiental	Estudo de Avaliação de Risco à Saúde Humana (EARSH)	População atingida
	Atendimento integral à saúde	População atingida
	Informação transparente sobre riscos	População atingida
Doenças de veiculação hídrica (leptospirose, esquistossomose, entre outras)	Vigilância epidemiológica	Populações ribeirinhas, comunidades sem saneamento
	Saneamento	
	Farmácia viva comunitária	
	Vigilância popular ambiental	
	Controle de vetores	



Aumento/ surgimento de arboviroses e zoonoses	Vigilância epidemiológica	Populações em áreas de risco
	Ações preventivas	
	Vigilância popular em saúde	
Falta de acesso a água potável	Sistemas alternativos de abastecimento	População atingida, Comunidades ribeirinhas, PCTs, população rural
	Distribuição de água mineral segura	
	Poços artesianos, cisternas e adutoras	
	Vigilância popular da qualidade da água	
Alterações na qualidade da água (cor, cheiro, sabor)	Monitoramento contínuo e alertas à população	População atingida
	Sistemas de filtragem para metais pesados	
	Alertas à população	
	Vigilância popular e monitoramento comunitário	
Falta de infraestrutura de abastecimento	Poços profundos e ETAs adequadas	Comunidades rurais, PCTs
	Cisternas de captação de água da chuva para consumo e produção	
	Sistemas alternativos e adutoras	
Destinação inadequada de resíduos sólidos	Coleta seletiva	Populações urbanas e rurais
	Aterros sanitários adequados	
	Educação ambiental	
	Vigilância popular ambiental	
Inexistência/ inadequação de esgotamento sanitário	Redes de esgoto	Populações de baixa renda
	ETEs	
	Soluções individuais e tecnologias sociais	
	Monitoramento comunitário da qualidade do saneamento	

Fonte: Dados de registros familiares e dos espaços participativos da assessoria técnica independente Aedas (MRD01)



2.4.3 Danos e demandas relacionadas à saúde física, mental e Assistência Social

A sobreposição entre a crise ambiental e as vulnerabilidades sociais preexistentes manifesta-se de forma aguda e crônica no território de Conselheiro Pena, configurando um quadro sanitário crítico. O rompimento da barragem de Fundão desencadeou uma crise profunda na saúde pública, onde os danos físicos, mentais e a desassistência social se conectam de maneira indissociável. A contaminação ambiental gerou um espectro de incertezas sobre a qualidade da água e dos alimentos, levando ao surgimento e agravamento de doenças dermatológicas, gastrointestinais e crônicas, especialmente entre crianças, idosos, populações ribeirinhas e comunidades tradicionais, sem que houvesse uma ampliação correspondente e adequada da rede de saúde para acolher essa nova realidade.

Paralelamente, instalou-se uma epidemia silenciosa de adoecimento mental, com casos de ansiedade, depressão e estresse pós-traumático, agravados pelo aumento do uso abusivo de álcool e outras drogas e pelo crescimento da violência intrafamiliar, sobrecarregando a Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) já precarizada. Esta crise é intensificada com a sobrecarga dos serviços de atenção do SUS, a falta de medicamentos e barreiras de acesso que deixam populações rurais e tradicionais desassistidas.

A reparação exige, portanto, muito mais do que assistência médica pontual, demanda a implementação urgente de Estudos de Avaliação de Risco à Saúde Humana (EARSH), a ampliação da cobertura da RAPS e da Atenção Primária à Saúde (APS) e o fortalecimento de uma rede intersetorial de saúde, educação, cultura, meio ambiente e assistência social, reconhecendo que a saúde da população é um reflexo direto da saúde do território.

Demandas: Diante da crise sanitária multidimensional, as comunidades de Conselheiro Pena demandam a imediata realização de Estudos de Avaliação de Risco à Saúde Humana (EARSH) que investiguem os danos causados pela contaminação por rejeitos de minério na saúde da população, com atenção aos efeitos cumulativos. É urgente a implementação de um sistema integrado de vigilância epidemiológica e sanitária participativa, capaz de monitorar doenças relacionadas à contaminação, assegurando o fornecimento contínuo de medicamentos e tratamentos especializados. Paralelamente, demanda-se a expansão urgente da Atenção Primária à Saúde e da Rede



de Atenção Psicossocial, com a criação de novos Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), ampliação de equipes multiprofissionais e programas de base comunitária para o enfrentamento dos agravos em saúde.

Para superar as barreiras de acesso, é fundamental a implementação de serviços descentralizados e itinerantes, como Pontos de Apoio da APS na zona rural e Unidades Móveis de Saúde. A valorização dos saberes tradicionais em saúde deve ser promovida através do diálogo com a medicina convencional. É preciso garantir acesso contínuo e seguro à água potável e investir em infraestrutura de saneamento, como demandado pela população de Conselheiro Pena que relata insegurança no consumo da água fornecida para uso doméstico, que é abastecida pelo Córrego João Pinto e eventualmente o abastecimento é alternado para o Rio Doce, devido à necessidade de manutenção da adutora. Desenvolver planos de contingência para enchentes e apoio às famílias em áreas de risco, dialogando com a demanda da população que solicita a população solicita monitoramento dos níveis do rio e instalação de sistemas de alerta com participação comunitária através da vigilância popular em saúde ambiental.

Assegurar segurança alimentar e nutricional, com acesso a alimentos saudáveis a partir do fortalecimento da integração entre SUS e SUAS com a ampliação de CRAS e CREAS, acompanhamento familiar e benefícios emergenciais, principalmente devido a perda de renda, por alguns grupos de trabalhadores, como os areeiros, que foram extremamente vulnerabilizados economicamente após a proibição da execução da atividade laboral. A estruturação de redes de acolhimento para vítimas de violência e a criação de espaços de lazer, cultura e esporte são vitais para a promoção da saúde e o fortalecimento de vínculos, dialogando com a demanda da população que relata a perda do espaço de lazer e convivência comunitária do Rio Doce, especialmente de local chamado de “Ilha”. Por fim, é fundamental a alocação de recursos permanentes para manutenção dessas ações, com transparência na gestão e participação comunitária na fiscalização, a fim de garantir o alcance da reparação integral aos danos à Saúde Coletiva.



Quadro 03 – Danos e demanda de saúde física, mental e Assistência Social no Território 6

Dano Identificado	Demandas Comunitárias	População atingida prioritária
Danos à saúde vinculados à contaminação ambiental	Estudo de Avaliação de Risco à Saúde Humana (EARSH)	População atingida
	Acesso aos serviços saúde	População atingida
	Análise epidemiológica no contexto pós rompimento	
	Informação transparente e responsável sobre riscos (comunicação de risco)	População atingida
Surgimento de doenças dermatológicas e gastrointestinais	Fornecimento de medicamentos	População atingida
	Atenção em saúde especializada e multiprofissional	
	Vigilância popular da qualidade da água e alimentos	
	Oferta de plantas medicinais e fitoterápicos (Farmácia viva, hortas comunitárias, etc)	
Surgimento/ agravamento de doenças crônicas	Fornecimento de medicamentos	População atingida
	Acompanhamento multiprofissional	
	Troca de saberes tradicionais	
Doenças de veiculação hídrica/alimentar (leptospirose, hepatite A, esquistossomose)	Fortalecimento das medidas de controle da Vigilância epidemiológica e ambiental	População atingida com prioridade para Populações ribeirinhas, comunidades sem saneamento
	Saneamento básico	
	Qualificação dos Agentes de Endemias e Agentes Comunitários	
Aumento/ surgimento de arboviroses e zoonoses	Controle de vetores (Vigilância ambiental e epidemiológica)	População atingida com prioridade das ações em áreas de risco
	Qualificação dos Agentes de Endemias e Agentes Comunitários na execução de ações de prevenção, controle e educação em saúde.	
	Ampliação das ações de educação em saúde	
	Vigilância popular em saúde	



Danos à saúde mental (ansiedade, depressão, TEPT)	Fortalecimento da RAPS (CAPS, APS, urgência e emergência)	População atingida
	Acompanhamento multiprofissional (psicológico, Terapeuta ocupacional, profissional de educação física, arte terapeuta, etc)	
	Espaços de lazer, esporte e utilização das PICS	
Aumento do uso abusivo de álcool e outras drogas	Fortalecimento da RAPS (CAPS AD, Unidades de Acolhimento, centros de convivência, etc)	População atingida com uso abusivo de substâncias psicoativas
	Fortalecimento das ações de redução de danos	
	Espaços de lazer, esporte e utilização das PICS	
Dificuldade de acesso aos serviços de saúde	Atendimento multiprofissional	População atingida com ações prioritárias para os PCTs e zonas rurais
	Ampliação da cobertura da Atenção Primária	
	Contratação de especialistas	
	Serviços descentralizados (construção de ponto de apoio da APS, Academias da saúde) ou itinerantes (UOM, ambulatórios móveis para realização de exames)	
Sobrecarga do sistema público de saúde	Implantação de PICS (Práticas Integrativas)	Territórios atingidos
	Ampliação da Rede de Atenção à Saúde (Pontos de Apoio da APS, academias da Saúde, ambulatórios, Serviços de Urgência e Emergência, transporte sanitário)	
	Contratação de profissionais para equipe multiprofissional e especializada	
Falta de acesso a medicamentos	Fortalecimento da Assistência Farmacêutica	PCDs, pessoas portadoras de doenças crônicas, população de baixa renda e população geral
	Aumento da rede credenciada nas Farmácias populares	
	Ampliação do fornecimento de medicamentos nas farmácias básicas	
Insegurança alimentar e nutricional	Implementação com qualidade das ações da Política Nacional de Alimentação e Nutrição	Agricultores, PCTs, famílias de baixa renda, comunidade
	Fortalecimento das ações de vigilância alimentar e nutricional (prevenção e Controle de Agravos Nutricionais)	



	Trabalho intersetorial para garantia de acesso a alimentação saudável (SUS, Educação, SUAS, etc)	escolar e população geral
Falta qualificação profissional para lidar com danos do desastre	Fortalecimento das ações da Vigilância em desastre	Profissionais da saúde que atuam nos territórios atingidos
	Ações de Educação Permanente em saúde para o contexto do rompimento	
	Implantação e implementação de Protocolos de atendimento para o contexto do rompimento	
Danos à saúde da criança e do adolescente	Fortalecimento das ações do PSE (Programa Saúde nas Escolas) no contexto pós-rompimento	Crianças; adolescentes e PCDs
	Qualificação das ações da APS para o crescimento e desenvolvimento com acompanhamento multiprofissional incluindo PCDs, anomalias congênitas	
	Elaboração de linha de cuidado para crianças e adolescentes PCDs (Autismo, síndrome de Down, TDAH, etc)	Crianças; adolescentes e PCDs
	Criação de Espaços de lazer, esporte, cultura junto ao SUS (Academias da Saúde com atividades voltadas à esse público, brinquedotecas públicas, cursos de teatro, música, etc)	
Agravamento por falta de espaços de lazer	Acompanhamento escolar	População atingida
	Recuperação de áreas de lazer	
	Programas esportivos e culturais	
Sobrecarga das mulheres com trabalhos domésticos	Espaços comunitários	Mulheres, mães solas
	Projetos sociais de interesses das mulheres dos territórios	
	Creches em tempo integral	
	Ações afirmativas para mães solo	
Aumento da violência autoprovocada	Qualificação dos profissionais da rede para acolhimento humanizado	Jovens, adolescentes, população em geral
	Ações de prevenção à violência nas escolas	
	Espaços comunitários para fortalecimento de vínculos	
	Projetos de esporte, cultura e arte como promoção da saúde mental	



Aumento da violência intrafamiliar e de gênero	Qualificação dos profissionais da rede para acolhimento humanizado	Mulheres, crianças, adolescentes e população geral
	Qualificação da notificação de violências nos serviços	
	Ampliação da Rede de proteção à vítima	
	Ações de fortalecimento da rede de apoio comunitária	
Comprometimento das práticas tradicionais	Ampliação do acompanhamento psicossocial	PCTs, povos indígenas, quilombolas e toda a população atingida.
	Espaços de trocas de saberes tradicionais de cuidado	
	Valorização da medicina tradicional	
	Integração dos saberes tradicionais com serviços de saúde	
Desassistência a grupos em situação de vulnerabilidade	Respeito aos saberes ancestrais	Idosos, PcDs, crianças, adolescentes, mulheres, famílias de baixa renda
	Projetos de fortalecimento dos vínculos comunitários e de retomada econômica	
	Ampliação dos serviços Proteção social especial	
Precarização dos serviços socioassistenciais	Ampliação do acesso aos benefícios sociais	Famílias em vulnerabilidade, idosos, crianças, mulheres
	Fortalecimento das Ações do SUAS	
	Ampliação de CRAS e CREAS	
Falta de acesso a água potável	Ampliação do acesso aos benefícios sociais	População atingida urbanas, rurais e PCTs
	Profissionais qualificados	
	Sistemas alternativos de abastecimento	
	Distribuição de água mineral segura	
Alterações na qualidade da água (cor, cheiro, sabor)	Poços artesianos, cisternas e adutoras	População atingida urbanas, rurais e PCTs
	Vigilância popular da qualidade da água	
	Fortalecimento das ações de monitoramento da Vigilância Ambiental	
Destinação inadequada de resíduos sólidos	Implementação de Sistemas de filtragem	População atingida urbanas, rurais e PCTs
	Soluções individuais (biodigestores domiciliares e outras tecnologias alternativas)	



	Coleta seletiva	
	Aterros sanitários adequados	
Inexistência/ inadequação de esgotamento sanitário	Ações de Educação em Saúde Ambiental	População atingida urbanas, rurais e PCTs
	Vigilância popular ambiental (Monitoramento comunitário da qualidade do saneamento)	
	Construção e melhorias da Redes de esgoto (da coleta à destinação final)	
	Construção de ETEs	
	Soluções individuais (fossa séptica e outras tecnologias alternativas)	

*Fonte: Dados de registros familiares e dos espaços participativos da assessoria técnica independente Aedas
(MRD01)*

2.4.4 Danos e demandas de economia, trabalho e renda

A economia do Médio Rio Doce, outrora dinamizada pelo rio e suas atividades tradicionais, entrou em colapso após o rompimento, afetando desde setores diretamente ligados ao rio até a economia local como um todo. A pesca foi totalmente paralisada pela interdição e pela contaminação, extinguindo não apenas a fonte de renda de milhares de famílias, mas toda uma cadeia produtiva que envolvia comerciantes, artesãos e prestadores de serviços.

Na agropecuária, a combinação de solo contaminado pelas recorrentes enchentes de rejeitos, a escassez hídrica e a perda de áreas produtivas inviabilizou a continuidade das atividades de agricultores familiares e pecuaristas. O comércio e o turismo local entraram em declínio acentuado devido à drástica redução do fluxo de pessoas e à desconfiança generalizada em relação a produtos da região. Este impacto em cadeia revelou a profunda interdependência dos setores econômicos locais, onde a queda de uma atividade arrastou consigo todas as outras.

Mulheres, jovens e trabalhadores da economia informal, que atuavam de forma menos visível nessas cadeias produtivas, foram especialmente negligenciados nos processos de reparação. A recuperação econômica exige, portanto, ações integradas que



garantam não apenas o acesso a água e tecnologias, mas também a reinserção profissional desses grupos marginalizados.

Demandas: Diante do colapso econômico generalizado, as comunidades atingidas demandam a criação urgente de programas emergenciais de complementação de renda para famílias que tiveram suas atividades interrompidas, garantindo sustento durante a transição. É fundamental a reestruturação integral das cadeias produtivas locais, começando pela implementação de projetos de aquicultura sustentável em áreas não contaminadas, com monitoramento contínuo da qualidade do pescado e apoio à comercialização direta.

Para a agropecuária, é essencial a disponibilização de assistência técnica rural, acesso a tecnologias sociais de captação de água como cisternas e barraginhas, e garantia de acesso a mercados institucionais através do PAA e PNAE.

O comércio e turismo locais necessitam de fomento por meio de feiras permanentes, apoio à formalização de microempreendedores e recuperação de pontos turísticos. Para a inclusão produtiva, são urgentes programas de capacitação e reconversão laboral com foco em mulheres e jovens, incluindo cursos profissionalizantes e estímulo ao associativismo e cooperativismo.

Igualmente importante é a transparência nos processos de obrigações judiciais, como a distribuição de silagem pela compromissária, além do apoio na emissão e regularização da Carteira de Pesca como documento para acesso a direitos. Estas ações devem ser articuladas através de conselhos, comitês e espaços participativos com representação de todos os atingidos, assegurando que a reparação econômica seja construída a partir do conhecimento local e das reais necessidades das comunidades.

Quadro 04 - Danos e Demandas em Economia, Trabalho e Renda do Território 6

Dano Identificado	Demandas Comunitárias	População atingida prioritária
Diminuição da renda familiar	Programas emergenciais de complementação de renda	Mulheres, jovens, pescadores, agricultores
	Inserção em programas de economia solidária	
	Programas de geração de emprego e renda	



	Capacitação profissional	
	Inclusão de jovens no mercado de trabalho	
Colapso das cadeias produtivas locais	Reestruturação das cadeias da pesca e agricultura	Pescadores, agricultores, comerciantes locais
	Apoio à comercialização direta	
Aumento do desemprego e precarização do trabalho	Bolsas-capacitação	Jovens, trabalhadores informais
	Programas de empreendedorismo	
	Políticas de proteção social	
	Programas de qualificação profissional	
	Inserção de jovens como aprendizes	
Insegurança na pesca no Rio Doce e afluentes	Monitoramento contínuo da qualidade do pescado	Pescadores artesanais, pescadores tradicionais, agricultores tradicionais, quilombolas
	Subsídio para equipamentos de pesca alternativa	
	Projetos de retomada da pesca e aquicultura	
	Apoio à comercialização direta	
Invisibilização das mulheres na cadeia pesqueira	Editais específicos para mulheres da pesca	Mulheres pescadoras
	Reconhecimento econômico das atividades femininas	
Falta de reconhecimento de produtores de áreas informais	Flexibilização de critérios de comprovação de posse	Agricultores de margens
	Reconhecimento de uso tradicional do território	
Acesso a água para atividades produtivas	Tecnologias sociais de captação (cisternas, barraginhas)	Quilombolas, agricultores
	Construção/ampliação de ETAs e reservatórios	
	Água para produção agrícola e dessedentação animal	
	Programas de segurança alimentar	
	Assistência técnica rural	



Dificuldade de produção agropecuária	Fornecimento de insumos não contaminados	Agricultores familiares, quilombolas, ilheiros
	Apoio técnico e financeiro à agricultura familiar	
	Regularização fundiária e ambiental	
	Acesso a mercados institucionais (PAA, PNAE)	
Exclusão na distribuição judicializada de silagem	Critérios transparentes e participativos	Produtores rurais excluídos da distribuição judicializada
	Revisão dos processos de distribuição	
Ausência de programas para retomada pesqueira/agropecuária	Editais específicos para PCTs	Pescadores tradicionais, quilombolas, agricultores tradicionais
	Projetos de aquicultura sustentável	
Substituição do pescado e aumento de despesas	Auxílio-alimentação emergencial	Famílias de baixa renda
	Programas de segurança alimentar	
Ausência de programas para juventude	Cursos profissionalizantes	Jovens 16-29 anos
	Programas de primeiro emprego	
Carência de programas para comércio e turismo	Recuperação de pontos turísticos	Comerciantes, guias turísticos, artesãos
	Feiras locais permanentes	
	Fomento a feiras populares	
	Apoio a Microempreendedores Individuais (MEI)	
	Incubadora de economia solidária	
Aumento de despesas por perda de subsistência	Programa de apoio às economias de subsistência	Famílias de agricultores e pescadores
	Fomento à troca e ao autoconsumo	
	Ampliação do acesso ao PTR-Rural	
	Flexibilização de critérios para PCTs	
	Inclusão no CadÚnico	



Falta de qualificação para recolocação profissional	Cursos de reconversão laboral	Pescadores e agricultores impedidos de exercer suas atividades profissionais
	Bolsas-formação	
Falta de incentivo ao associativismo	Programas de cooperativismo e associativismo	Agricultores, pescadores, comerciantes, produtores e artesãos
	Apoio à formalização de empreendimentos coletivos	
Acesso à Carteiras de Pesca como identificação para acesso a projetos e programas	- Apoio na emissão e regularização das carteiras de pesca profissional (RGP)	Pescadores Profissionais Artesanais

Fonte: Dados de registros familiares e dos espaços participativos da assessoria técnica independente Aedas (MRD01)

2.4.5 Danos e demandas culturais, identitárias, patrimoniais e educacionais

O tecido cultural, identitário e educacional do Médio Rio Doce, outrora dinamizado pela relação vital com o rio e suas tradições, entrou em colapso após o rompimento. A contaminação do Rio Doce comprometeu radicalmente o acesso e o uso de suas águas para lazer, cultura e práticas esportivas, interrompendo festividades, rituais e o simples convívio comunitário em suas margens. Esta ruptura provocou alterações profundas nos modos de vida tradicionais, especialmente de pescadores, ribeirinhos e comunidades tradicionais, cujos saberes e identidades estão intrinsecamente ligados ao território.

A transmissão geracional desses conhecimentos foi severamente prejudicada, assim como os laços comunitários e afetivos, levando a uma sensação generalizada de perda da qualidade de vida e bem-estar. Na educação, o desastre interrompeu projetos de vida juvenis, agravou as dificuldades de acesso ao ensino e perpetuou o analfabetismo, tudo isso em um contexto onde a educação já não dialogava com a realidade local.

O turismo cultural e de base comunitária, que celebrava a relação com o rio, foi praticamente extinto. Este impacto multidimensional revelou a profunda



interdependência entre a saúde do rio e a vitalidade cultural da região, onde o dano ambiental significou a erosão de patrimônios imateriais insubstituíveis. A reparação exige, portanto, ações integradas que garantam não apenas a recuperação ambiental, mas a revitalização das práticas culturais e a oferta de uma educação contextualizada.

Demandas: Diante da erosão cultural e educacional, as comunidades atingidas demandam a criação de programas urgentes de revitalização de práticas culturais, com apoio à transmissão geracional de saberes e à realização de festividades comunitárias. É imprescindível a recuperação de praias fluviais e áreas de lazer, assim como a revitalização de espaços esportivos e culturais, para restabelecer o convívio e as atividades ao ar livre. Para reparar a memória coletiva, é fundamental a implementação de projetos de registro e documentação, com a criação de museus e centros de memória comunitária geridos pela população. No campo educacional, exige-se a implementação de uma educação intercultural e diferenciada, com materiais didáticos específicos que contemplem a realidade pós-desastre, além da garantia de transporte escolar adequado e seguro e da expansão de bolsas de estudo e moradia estudantil para o acesso ao ensino superior.

Para a juventude, são necessários programas de orientação profissional e oportunidades de formação técnica, assegurando a retomada de seus projetos de vida. É crucial o fortalecimento de programas de alfabetização de jovens e adultos e a distribuição de auxílio-material escolar para combater a evasão. A construção e reforma de escolas, com ampliação de bibliotecas e laboratórios, é uma demanda básica para infraestrutura educacional digna.

Por fim, a criação de programas de integração territorial, com melhoria de vias de acesso e transporte, é vital para reconectar comunidades física e culturalmente isoladas. Estas ações devem ser articuladas por meio de espaços participativos, com representação de todos os grupos atingidos, garantindo que a reparação seja construída a partir dos saberes e necessidades locais, restaurando o direito à identidade, à memória e à educação.

**Quadro 05 - Danos e demandas Culturais, Identitários, Patrimoniais e Educacionais do Território 6**

Dano Identificado	Demandas Comunitárias	População atingida prioritária
Alterações nos modos de vida tradicionais	Programas de manutenção e revitalização de práticas culturais	Comunidades tradicionais, comunidades quilombolas, congadeiros, comunidades de terreiro, pescadores, agricultores familiares
	Apoio à transmissão geracional de saberes	
Comprometimento do acesso e uso do Rio Doce para lazer e cultura	Recuperação de praias fluviais e áreas de lazer	Populações ribeirinhas, comunidades tradicionais, jovens, crianças
	Recuperação da qualidade da água para atividades recreativas	
Interrupção de práticas esportivas, recreativas e culturais	Revitalização de espaços esportivos e culturais	Jovens, crianças, comunidades de terreiros, povos tradicionais
	Apoio à realização de festividades e eventos comunitários	
Diminuição dos laços comunitários e afetivos	Projetos de reconstrução do tecido social	Todas as comunidades atingidas, especialmente idosos e jovens
	Atividades de integração comunitária	
Redução de atividades físicas e culturais ao ar livre	Criação de novos espaços abertos para atividades	Crianças, idosos, comunidades em geral
	Recuperação de áreas públicas de convivência	
Desconexão física e cultural entre comunidades	Programas de integração territorial	Populações rurais isoladas, comunidades quilombolas, congadeiros, comunidades de terreiro
	Melhoria de vias de acesso e transporte	
Perda da qualidade de vida e bem-estar	Programas de atenção integral à saúde	Todas as populações atingidas
	Projetos de melhoria do bem-estar comunitário	



Prejuízos ao turismo e economia local	Retomada do circuito turístico do Rio Doce	Comerciantes, guias turísticos, artesãos, pequenos empresários
	Apoio à reabertura de pequenos negócios	
Danos à memória coletiva e transmissão de saberes	Projetos de registro e documentação da memória	Mestres de cultura, lideranças comunitárias, detentores de saberes, comunidades quilombolas, congadeiros, comunidades de terreiro
	Museus e centros de memória comunitária	
Comprometimento da educação contextualizada	Educação intercultural e diferenciada	Crianças e jovens de PCTs, comunidades rurais, congadeiros e comunidade de terreiro
	Materiais didáticos específicos para cada realidade	
Interrupção de projetos de vida juvenis	Programas de orientação profissional para jovens	Jovens das comunidades atingidas
	Oportunidades de formação técnica e superior	
Dificuldade de acesso à educação básica e superior	Transporte escolar adequado e seguro	Estudantes de áreas rurais, comunidades isoladas, jovens de baixa renda
	Bolsas de estudo e moradia estudantil	
Ausência de equipamentos educacionais	Construção e reforma de escolas	Comunidades com pouca infraestrutura educacional
	Ampliação de bibliotecas e laboratórios	
Falta de recursos financeiros para educação	Auxílio-material escolar e bolsas-permanência	Famílias de baixa renda, estudantes vulneráveis
	Programas de apoio à aquisição de materiais	
Altas taxas de Analfabetismo	Fortalecimento de programas de alfabetização para jovens e adultos	Jovens e adultos de áreas rurais e periféricas

Fonte: Dados de registros familiares e dos espaços participativos da assessoria técnica independente Aedas (MRD01)



2.4.6 Danos diferenciados e demandas em gênero e raça

O rompimento da barragem em Conselheiro Pena aprofundou desigualdades históricas, revelando que os impactos da tragédia não são neutros, mas recaem com maior intensidade sobre mulheres, especialmente mulheres negras, ribeirinhas, areeiras e carroceiras tradicionais e de povos e comunidades tradicionais. A economia local, já fragilizada, viu a capacidade de subsistência familiar ser drasticamente reduzida, afetando diretamente as mulheres chefes de família, que enfrentam a dupla jornada de trabalho produtivo e reprodutivo.

O modelo excludente dos cadastros indenizatórios, como o PG01, ignorou as realidades do trabalho informal e das atividades produtivas tradicionalmente exercidas por mulheres, como o artesanato, a extração artesanal de areia as margens do Rio Doce e seus afluentes, a agricultura de subsistência e o cuidado com a família, levando à sua exclusão massiva dos processos reparatórios. Esta exclusão resultou em perda de autonomia financeira, endividamento e uma sobrecarga ainda maior de trabalho doméstico e de cuidados, agravada pela precária infraestrutura pública de creches e saneamento.

Para as mulheres negras, essas violações se multiplicam pela interseccionalidade do racismo e do sexismo, tornando-as as mais invisibilizadas nos dados, nas políticas e nos espaços de decisão. A saúde física e mental dessas mulheres foi severamente comprometida, com o aumento da medicalização como resposta à sobrecarga, num contexto de violência de gênero e racismo ambiental. A participação feminina nos espaços de discussão sobre a reparação tem sido, frequentemente, simbólica, sem efetivo poder decisório, perpetuando a marginalização de suas demandas específicas.

Demandas: Diante desta realidade, é imperativa a adoção de medidas específicas que enfrentem as desigualdades estruturantes. As mulheres de Conselheiro Pena demandam a revisão urgente dos critérios de elegibilidade dos programas indenizatórios com perspectiva de gênero, reconhecendo formalmente as atividades produtivas das mulheres e garantindo sua inclusão.

É fundamental a criação de linhas de crédito específicas e programas de educação financeira para promover a autonomia econômica feminina. Para aliviar a sobrecarga, é necessária a ampliação imediata da rede de creches em tempo integral e a implementação de políticas de corresponsabilidade pelo trabalho de cuidado. No campo



da saúde, demanda-se a oferta de atendimento integral à saúde da mulher, com apoio psicológico especializado e redução da medicalização.

Para enfrentar a invisibilidade, é crucial a produção de dados desagregados por raça e gênero em todos os registros e estudos. A garantia de paridade de gênero e racial nos espaços decisórios e a formação de lideranças comunitárias mulheres são passos essenciais para uma participação efetiva. Além disso, são necessárias redes de proteção para enfrentar a violência de gênero e o racismo ambiental, com capacitação de profissionais.

Para as jovens, a criação de oportunidades de formação técnica, superior e de inserção no mercado de trabalho é vital para a retomada de seus projetos de futuro. Por fim, o cumprimento da Convenção 169 da OIT e o respeito ao direito de consulta prévia são fundamentais para as mulheres de comunidades tradicionais. Estas ações, articuladas sob uma abordagem interseccional, são indispensáveis para que a reparação em Conselheiro Pena não reproduza, mas sim enfrente, as injustiças de gênero e raça.

Quadro 06 – Danos diferenciados e demandas em gênero e raça do Território 6

Dano Identificado	Demandas Comunitárias	População atingida prioritária
Redução da capacidade de subsistência familiar	Programas de segurança alimentar e geração de renda	Mulheres, especialmente negras e chefes de família
	Reconhecimento das atividades produtivas das mulheres	
Exclusão das mulheres dos programas indenizatórios	Revisão dos critérios de elegibilidade	Mulheres artesãs, agricultoras, pescadoras (Trabalhadoras Informais)
	Inclusão de atividades produtivas femininas nos editais	
Perda de autonomia financeira e endividamento	Linhas de crédito específicas	Mulheres trabalhadoras informais
	Programas de educação financeira	
Invisibilidade do trabalho feminino	Reconhecimento dos trabalhos domésticos e de cuidados como atividade remunerada	Mulheres, especialmente negras e chefes de família
	Políticas de valorização do trabalho feminino	



Modelo excludente do cadastro (PG01)	Revisão dos cadastros com perspectiva de gênero	Mulheres chefes de família
	Reconhecimento de mulheres como chefes de família	
Exclusão acentuada de mulheres negras	Equidade no processo reparatório	Mulheres negras
	Implementação de Ações Afirmativas nos programas reparatórios	
Sobrecarga de trabalho doméstico e de cuidados	Políticas de corresponsabilidade	Mulheres, especialmente mães-solo
	Ampliação de creches e equipamentos sociais	
Agravamento da saúde física e mental	Atendimento integral à saúde da mulher	Mulheres negras, periféricas e rurais
	Apoio psicológico especializado	
Falta de infraestrutura pública	Investimento em creches, lazer e saneamento	Mulheres de áreas rurais
	Melhoria dos serviços básicos	
Interseccionalidade de opressões	Abordagem interseccional nas políticas	Mulheres negras
	Enfrentamento conjunto do sexismo e racismo	
Ausência de dados desagregados por raça	Implementação de recortes raciais nos registros	População negra
	Pesquisas específicas sobre impactos diferenciados	
Violação de acordos internacionais	Cumprimento da Convenção 169 da OIT	Mulheres de Povos e comunidades tradicionais
	Respeito aos direitos de consulta prévia	
Participação sem efetividade	Garantia de acesso para participação feminina nos espaços decisórios	Mulheres Lideranças Comunitárias
	Formação de lideranças mulheres	
Falta de informação acessível	Materiais informativos com linguagem acessível	Mulheres e população negra
	Canais de comunicação acessíveis	
Violência de gênero e racismo ambiental	Redes de proteção e acolhimento	Mulheres e população negra
	Capacitação de profissionais	



Marginalização do trabalho feminino	Políticas de equidade salarial	Mulheres trabalhadoras informais
	Combate à precarização do trabalho feminino	
Uso abusivo de medicamentos controlados	Atenção integral à saúde mental	Mulheres sob grande sobrecarga
	Redução da medicalização	
Prejuízos por ausência de creches	Ampliação da rede de educação infantil	Mães trabalhadoras
	Horários flexíveis de atendimento	
Invisibilidade de mulheres negras nos dados	Produção de estatísticas desagregadas	Mulheres negras
	Visibilização específica	
Presença sem poder decisório	Paridade de gênero nos espaços	Mulheres
	Fortalecimento da participação feminina	
Uso abusivo de álcool e outras drogas	Ampliação do acesso a tratamento e reinserção social	Mulheres negras e periféricas
	Fortalecimento das ações de prevenção	
Suspensão de projetos de futuro	Oportunidades de formação técnica e superior	Mulheres jovens
	Novas vagas no mercado de trabalho	

Fonte: Dados de registros familiares e dos espaços participativos da assessoria técnica independente Aedas (MRD01)

2.4.7 Danos e demandas relacionadas à infraestrutura e acesso a direitos

A infraestrutura básica dos territórios atingidos no Médio Rio Doce sofreu um colapso generalizado após o rompimento da barragem de Fundão, afetando desde o acesso à água potável até a mobilidade urbana e rural. O comprometimento do saneamento básico, a precarização dos serviços públicos e a destruição de vias de acesso criaram um cenário de vulnerabilidade extrema, onde populações tradicionalmente marginalizadas enfrentam barreiras ainda maiores para o exercício de seus direitos fundamentais. A contaminação dos recursos hídricos, associada à ausência de sistemas adequados de esgotamento sanitário, transformou o rio Doce de fonte de vida em vetor



de doenças, enquanto a falta de infraestrutura preventiva contra enchentes colocou comunidades ribeirinhas em situação de risco permanente.

Demandas: Diante do cenário de colapso infraestrutural, as comunidades atingidas demandam a implementação urgente de sistemas alternativos de abastecimento de água, incluindo poços artesianos, cisternas e monitoramento contínuo da qualidade hídrica, garantindo acesso prioritário a comunidades rurais, PCTs e populações vulneráveis.

É fundamental a universalização do saneamento básico através da implantação de redes de esgoto, ETEs e soluções individuais como fossas sépticas, com atenção especial a populações de baixa renda e territórios tradicionais. Para enfrentar a gestão de resíduos, demanda-se sistemas integrados de coleta seletiva, unidades de tratamento de resíduos e programas de educação ambiental que envolvam as comunidades ribeirinhas.

A prevenção a desastres requer a implantação de sistemas de alerta precoce, obras de contenção e planos de contingência para proteger populações em áreas de risco. A recuperação da mobilidade territorial depende da reconstrução da infraestrutura viária, com recuperação de estradas rurais, pavimentação de vias de acesso e melhoria do transporte público, garantindo acessibilidade a agricultores, estudantes e comunidades isoladas.

A reestruturação dos serviços públicos exige a construção e ampliação de CRAS, CREAS, UBS e escolas, com serviços itinerantes para áreas remotas e capacitação de agentes locais. Para a superação da exclusão digital, são necessários pontos de internet comunitária, capacitação digital e ampliação do sinal de telefonia, prioritariamente para jovens e pequenos empresários.

A segurança habitacional demanda programas melhorias habitacionais e moradia social para comunidades de baixa renda. A acessibilidade urbana requer adaptação de espaços públicos, transporte acessível e iluminação pública adequada, especialmente para pessoas com deficiência, idosos e mulheres. Estas ações devem ser articuladas por meio de conselhos, comitês e espaços participativos com representação de todos os segmentos atingidos, garantindo que as soluções técnicas dialoguem com os saberes locais e as reais necessidades das comunidades.



A reparação infraestrutural deve ser entendida não como simples reconstrução, mas como oportunidade para a construção de territórios mais justos, sustentáveis e democraticamente geridos.

Quadro 07 - Danos e demandas relacionados à infraestrutura e acesso a direitos do Território 6

Dano Identificado	Demandas Comunitárias	População atingida prioritária
Comprometimento do acesso à água potável	Sistemas alternativos de abastecimento	Comunidades rurais, PCTs, populações vulneráveis, ribeirinhos, agricultores, pescadores, população atingida
	Monitoramento contínuo da qualidade da água	
	Poços artesanais e cisternas	
Ausência/ insuficiência de esgotamento sanitário	Implantação de redes de esgoto e ETEs	Populações de baixa renda, comunidades periféricas, PCTs e população negra
	Sistemas individuais de tratamento	
	Fossas sépticas e sumidouros	
Falta de gestão de resíduos sólidos	Coleta seletiva e UTRs	Comunidades ribeirinhas, áreas periféricas
	Programas de reciclagem	
	Educação ambiental	
Inexistência de medidas de prevenção a enchentes	Sistemas de alerta precoce	Populações em áreas de risco, ribeirinhas, agricultores de margem
	Obras de contenção	
	Planos de contingência	
Deficiência no sistema de drenagem	Obras de contenção de enchentes	Populações em áreas de risco, comunidades ribeirinhas, agricultores de margem
	Melhoria do sistema de drenagem urbana	
	Limpeza de córregos e canais	



Perda de terreno por contaminação e enchentes	Recuperação de áreas	Agricultores, ribeirinhos, ilheiros
	Indenizações por perda territorial	
	Reassentamentos	
Perda de hortas produtivas por contaminação	Recuperação de solos	Agricultores familiares, PCTs
	Sistemas alternativos de produção	
	Assistência técnica	
Precariedade da infraestrutura viária	Recuperação de estradas rurais	Agricultores, comunidades isoladas, estudantes
	Pavimentação de vias de acesso	
	Melhoria do transporte público	
Acesso transporte público/coletivo de qualidade	Reestruturação de linhas	Trabalhadores, estudantes, idosos
	Veículos adequados	
	Tarifas acessíveis	
Precarização das vias de acesso	Recuperação de estradas	Agricultores, comunidades isoladas
	Pavimentação e manutenção	
	Acessibilidade anual	
Falta de mobilidade urbana e rural	Transporte intermunicipal	Comerciantes, agricultores, estudantes
	Vias para comércio	
	Acesso a mercados	
Impedimento do transporte aquático	Recuperação de embarcações	Ribeirinhos, pescadores, ilheiros
	Acesso a portos e rampas	
	Segurança náutica	
Dificuldade de acesso a sedes municipais	Transporte fluvial e terrestre	Populações ribeirinhas, comunidades rurais e PCTs
	Melhoria de acessos	
	Serviços descentralizados	



Falta de equipamentos públicos	Construção de CRAS, CREAS, UBS	Populações vulneráveis, idosos, crianças
	Centros comunitários e espaços culturais	
Dificuldade de acesso a serviços socioassistenciais	Implantação de CRAS/CREAS	Populações vulneráveis, idosos
	Serviços itinerantes	
	Capacitação de agentes	
Deficiência no acesso à energia elétrica	Ampliação da rede elétrica	Comunidades tradicionais, áreas rurais
	Sistemas alternativos de energia	
	Regularização de ligações	
Falta de acesso à comunicação	Ampliação de sinal de internet e telefonia	Jovens, estudantes, pequenos empresários
	Centros comunitários de acesso digital	
Precarização dos serviços de saúde	Ampliação de UBS e UPAs	Idosos, pessoas com deficiência, gestantes
	Profissionais de saúde	
Precarização dos serviços de educação	Construção e reforma de escolas	Crianças e jovens de áreas remotas
	Transporte escolar adequado	
	Material didático	
Insegurança habitacional	Regularização fundiária	Comunidades de baixa renda
	Melhorias habitacionais	
	Programas de moradia social	
Falta de acessibilidade urbana	Adaptação de espaços públicos	Pessoas com deficiência, idosos
	Transporte acessível	
	Sinalização adequada	
Deficiência na iluminação pública	Instalação de iluminação em áreas críticas	Mulheres, população em geral
	Manutenção do sistema existente	

Fonte: Dados de registros familiares e dos espaços participativos da assessoria técnica independente Aedas

(MRD01)



2.4.8 Danos e demandas relacionadas à mobilização e participação comunitária

O processo de reparação dos danos causados pelo rompimento da barragem no Médio Rio Doce tem sido marcado por profundas barreiras que limitam e, em muitos casos, impedem a participação efetiva das comunidades atingidas. Uma falta histórica de acesso à informação de forma clara e acessível cria uma assimetria insuperável entre as instituições e a população, especialmente para aqueles com baixa escolaridade, idosos e povos tradicionais.

O Programa de Cadastramento (PG01) tornou-se um símbolo de exclusão, deixando de fora grupos inteiros como mulheres, pescadores artesanais e comunidades tradicionais, aprofundando a desconfiança nos processos institucionais. As estruturas de espaços participativos, como os Grupos de Acompanhamento e Assessoria (GAAs), foram enfraquecidas pela falta de recursos e pelo desgaste das lideranças, que ainda enfrentam ameaças e violência, particularmente as mulheres defensoras de direitos.

Para os povos e comunidades tradicionais, o desrespeito à Convenção 169 da OIT e a seus protocolos próprios de consulta, o não reconhecimento como tradicionais atingidos no novo acordo de reparação, nega seu direito fundamental à autodeterminação. Barreiras práticas – como a dificuldade de deslocamento, a falta de cirandas e espaços apropriados para crianças, a sobrecarga de trabalho doméstico e o limitado acesso a tecnologias – tornam a participação um fardo adicional, recaindo de forma mais pesada sobre as mulheres. Esta combinação de fatores gera um ciclo de exclusão: a falta de participação informada e efetiva resulta em políticas de reparação que não refletem as reais necessidades das comunidades, o que, por sua vez, alimenta ainda mais a desconfiança e o afastamento dos processos decisórios.

Demandas: Para reverter este cenário, é fundamental a construção de um novo modelo de participação, baseado na transparência, no respeito e na equidade. As comunidades demandam, em primeiro lugar, transparência ativa e informação acessível, com a divulgação contínua de dados em linguagem clara e em formatos diversos, incluindo materiais em linguagem popular e acessível, quando necessário. É premente a revisão dos critérios excludentes do PG01 e a abertura de uma nova etapa de cadastramento com ações afirmativas para os grupos marginalizados.



O fortalecimento da governança popular deve ser priorizado por meio de recursos financeiros para mobilização, formação política continuada e apoio psicológico às lideranças para evitar seu desgaste. O respeito irrestrito à autodeterminação dos povos tradicionais é não negociável, exigindo a adoção de protocolos próprios de consulta prévia, livre e informada. Para garantir a presença de todos, são essenciais medidas concretas como fornecimento de transporte gratuito, criação de espaços de acolhimento para crianças durante as reuniões e oferta de capacitação digital. A valorização dos saberes locais e a criação de espaços institucionais com poder deliberativo para as lideranças comunitárias são passos cruciais para superar a desconfiança.

Por fim, a estabilidade do processo depende da divulgação de cronogramas claros e realistas e da demonstração de resultados tangíveis que comprovem o compromisso com uma reparação justa. Só assim a participação comunitária poderá sair do papel retórico e se tornar o alicerce de uma reconstrução verdadeiramente democrática.

Quadro 08 - Danos e demandas relacionados à mobilização e à participação comunitária do Território 6

Dano Identificado	Demandas Comunitárias	População atingida prioritária
Falta histórica de acesso à informação e participação informada	Transparência ativa nos processos	População com baixa escolaridade, PCTs, idosos
	Informações claras e contínuas	
	Materiais em linguagem acessível	
Exclusão do Programa de Cadastramento (PG01)	Revisão dos critérios de exclusão	Mulheres, PCTs, pescadores artesanais
	Nova etapa de cadastramento	
	Ações afirmativas para grupos excluídos	
Interrupção e enfraquecimento da governança popular	Fortalecimento dos GAAs	Lideranças comunitárias, movimentos sociais
	Formação política continuada	
	Recursos para mobilização	



Não reconhecimento da autodeterminação dos PCTs	Respeito à Convenção 169 da OIT	Todas as comunidades tradicionais
	Consulta prévia, livre e informada	
	Protocolos próprios de consulta	
Aumento da violência de gênero e ameaças a lideranças	Proteção a lideranças ameaçadas	Mulheres lideranças, defensoras de direitos
	Canais seguros de denúncia	
	Acompanhamento psicossocial	
Dificuldade de deslocamento para participação	Transporte gratuito para reuniões	Comunidades isoladas, idosos, PcDs
	Locais de reunião acessíveis	
	Reuniões em horários alternativos	
Falta de reconhecimento das lideranças comunitárias	Valorização dos saberes locais	Lideranças comunitárias, representantes de PCTs
	Formação de novas lideranças	
	Espaços institucionais para representação	
Barreiras linguísticas e culturais	Materiais em línguas tradicionais	Comunidades tradicionais
	Mediadores culturais	
	Respeito aos protocolos comunitários	
Sobrecarga de trabalho para participantes	Corresponsabilidade doméstica	Mulheres, trabalhadores informais
	Horários compatíveis	
	Compensação por tempo de participação	
Falta de capacitação para participação efetiva	Cursos de formação política	Jovens, mulheres, novas lideranças
	Oficinas sobre direitos	
	Acompanhamento técnico	
Desgaste das lideranças comunitárias	Apoio psicológico	Lideranças mais antigas, mulheres lideranças
	Rodízio de representantes	
	Capacitação em direito	



Falta de cirandas ou espaços de acolhimento a crianças e adolescentes durante as reuniões	Espaços de acolhimento para crianças	Mulheres com filhos pequenos
	Brinquedistas durante reuniões	
	Horários reduzidos	
Desconfiança nos processos institucionais	Mediação independente	Comunidades com experiências negativas
	Cumprimento de prazos	
	Resultados tangíveis	
Dificuldade de acesso a tecnologias	Pontos de internet comunitária	Idosos, populações de baixa renda
	Empréstimo de equipamentos	
	Capacitação digital	
Incerteza quanto ao futuro do processo reparatório	Cronogramas claros e realistas	Todas as comunidades atingidas
	Informação permanente sobre andamento	
	Estabilidade das ações reparatórias	

Fonte: Dados de registros familiares e dos espaços participativos da assessoria técnica independente Aedas (MRD01)

2.4.9 Danos e demandas e demandas relacionadas aos Povos e Comunidades Tradicionais (PCTs)

Para as comunidades tradicionais de Conselheiro Pena, o rompimento da barragem representou muito mais do que um desastre ambiental; foi um ataque direto à sua existência cultural e autonomia. O Rio Doce, elemento central em seus modos de vida, transformou-se de fonte de vida em fonte de ameaça, comprometendo atividades fundamentais como a pesca artesanal, a extração artesanal de areia, a agricultura de subsistência e os ofícios tradicionais intimamente ligados ao Rio Doce e afluentes. Esta ruptura gerou uma crise de insegurança alimentar, já que a produção tradicional de alimentos foi severamente afetada pela contaminação do solo e da água, e levou ao adoecimento físico e psicológico de comunidades inteiras, privadas de suas bases materiais e simbólicas de produção e reprodução social.



O enfraquecimento das relações comunitárias e a perda de espaços de convivência, como margens do rio e praias fluviais, corroem o tecido social que sustenta essas populações. de forma mais profunda, houve uma grave restrição ao direito de autodeterminação, com o processo de reparação que não respeitou o direito a autoidentificação. A falta de acesso à informação acessível, a dificuldade de documentação e a necessidade de fortalecimento institucional completam um cenário de exclusão que ameaça a própria sobrevivência cultural desses grupos.

Demandas: as comunidades tradicionais de Conselheiro Pena exigem um processo de reparação que respeite sua especificidade e autonomia. É fundamental o apoio imediato à retomada da pesca artesanal e da extração artesanal de areia, com projetos de geração de renda baseados em seus conhecimentos tradicionais e acesso garantido a mercados para seus produtos. Para enfrentar a insegurança, demandam a implementação de programas de segurança alimentar específicos e a estruturação de sistemas alternativos de captação de água potável, com monitoramento participativo de sua qualidade. A saúde dessas populações requer um atendimento diferenciado e culturalmente adequado, incluindo apoio psicossocial sensível às suas cosmovisões.

Para recompor seu tecido social, é urgente a recuperação de áreas de sociabilidade e o apoio a manifestações culturais e atividades coletivas. O direito à autodeterminação deve ser garantido através do apoio à elaboração dos protocolos de consulta próprios e ao reconhecimento da autoidentificação. A reparação exige ainda o mapeamento participativo dos territórios tradicionais, identificando áreas de uso coletivo, e o fortalecimento institucional das comunidades, com apoio à documentação, certificação, criação de associações, cooperativas e capacitação em gestão de projetos para jovens e lideranças.

Por fim, a produção e divulgação de informações acessíveis sobre direitos e medidas reparatórias é condição básica para que essas comunidades possam participar de forma efetiva e informada da construção de seu próprio futuro, garantindo que a reparação seja, de fato, justa e condizente com seus modos de vida.



Quadro 09 - Danos e demandas dos Povos e Comunidades Tradicionais do Território 6

Dano Identificado	Demandas Comunitárias	População atingida prioritária
Perda/modificação dos modos de vida tradicionais	Apoio à pesca artesanal e agricultura de subsistência	Pescadores artesanais, ribeirinhos, agricultores tradicionais
	Projetos de revitalização de ofícios tradicionais	
Insegurança alimentar e nutricional	Programas de segurança alimentar específicos	Pescadores artesanais, ribeirinhos, agricultores tradicionais
	Apoio à produção tradicional de alimentos	
Comprometimento das atividades econômicas tradicionais	Projetos de geração de renda baseados em conhecimentos tradicionais	Todos os PCTs
	Acesso a mercados para produtos tradicionais	
Adoecimento físico e psicológico	Atendimento diferenciado à saúde	Pescadores artesanais, ribeirinhos, agricultores tradicionais
	Apoio psicossocial culturalmente adequado	
Insegurança hídrica	Captação alternativa de água	Todos os PCTs
	Monitoramento participativo da qualidade da água	
Perda de espaços de convivência e lazer	Recuperação de áreas de sociabilidade	Pescadores artesanais, ribeirinhos, agricultores tradicionais
	Apoio a manifestações culturais	
Esvaziamento comunitário por migração forçada	Programas de fixação territorial	Jovens de comunidades tradicionais
	Geração de oportunidades locais	
Enfraquecimento das relações comunitárias	Projetos de fortalecimento do tecido social	Todos os PCTs
	Apoio a atividades coletivas	
Interrupção de práticas religiosas e rituais	Proteção de locais sagrados	Comunidades de terreiro, povos indígenas
	Apoio à realização de rituais	



Restrição ao direito de autodeterminação	Respeito aos protocolos de consulta	Todos os PCTs
	Apoio à autoidentificação	
Falta de acesso à informação	Informação acessível e multilíngue	Todos os PCTs
	Formação sobre direitos	
Dificuldade de documentação e regularização	Apoio para emissão de documentação	Ribeirinhos e Pescadores Tradicionais
	Assessoria para certificação	
Necessidade de fortalecimento institucional	Apoio à criação de associações	Lideranças comunitárias de Povos e Comunidades Tradicionais
	Capacitação em gestão	
Cartografia social e reconhecimento territorial	Mapeamento participativo dos territórios	Ribeirinhos e Pescadores Tradicionais
	Identificação de áreas de uso tradicional	

Fonte: Dados de registros familiares e dos espaços participativos da assessoria técnica independente Aedas (MRD01)

2.4.10 Conclusão

Este diagnóstico evidencia, de forma contundente, que a reparação exige um enfoque interseccional e territorializado, capaz de responder à interdependência entre os danos socioambientais, econômicos, de saúde e culturais. A atuação no Território 06 revela um quadro de danos estruturais, multidimensionais e prolongados, agravados por vulnerabilidades preexistentes. Fica evidente que os danos do rompimento transcenderam o evento inicial, configurando um processo contínuo de violação de direitos.

Este diagnóstico não é um mero levantamento temático, mas uma síntese analítica que evidencia a interdependência entre as dimensões socioambiental, econômica, de saúde e cultural. Ele reforça a necessidade premente de abordagens integradas e territorializadas no desenho das ações de reparação. As demandas comunitárias catalogadas orientam a atuação técnica da Aedas e subsidiam a cobrança por respostas efetivas, justas e emancipadoras por parte das instituições responsáveis.



Portanto, este diagnóstico justifica e demanda a implementação do presente plano de trabalho da Aedas, que se estrutura precisamente para operacionalizar tecnicamente as demandas aqui catalogadas, fortalecendo a capacidade de organização e negociação das comunidades atingidas e cobrando dos entes responsáveis as respostas necessárias para uma reparação integral que resgate o futuro interrompido, restaurando não apenas as perdas materiais, mas a dignidade, a autonomia e o projeto de vida das comunidades atingidas em Conselheiro Pena.

2.5 Fundamentação Legal

O direito à assessoria técnica independente é garantido como parte da concretização do princípio da reparação integral e do direito de participação informada da população atingida, previsto na legislação estadual de Minas Gerais através da Lei 23.795/2021, que institui a Política Estadual dos Atingidos por Barragens e assegurado, em âmbito federal, pela Política Nacional de Direitos das Populações Atingidas por Barragens (PNAB).

O ordenamento jurídico brasileiro assegura o direito à informação e à participação em matéria ambiental, a exemplo das Leis Federais nº 10.650/2003 (Lei de Acesso à Informação Ambiental) e nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação), bem como do art. 2º, inciso XI, da Lei Federal nº 6.938/1981 (Política Nacional do Meio Ambiente), que prevê o princípio da participação ativa na defesa do meio ambiente.

Objetivando a implementação desse direito, antes da homologação do novo acordo de reparação, a contratação das assessorias técnicas e a aprovação de seus planos de trabalho ocorriam a partir do Eixo Prioritário nº 10, que tramitou no TRF-6 por meio do processo judicial nº 1003050-97.2020.4.01.3800. Nesse contexto, o plano de trabalho da Aedas havia sido apresentado com a participação do Fundo Brasil e aprovado em juízo. Cabe destacar que a decisão que aprovou o plano de trabalho das ATIs autorizou, em medida cautelar, a coleta de dados primários relativos a danos ambientais individuais, colhidos em campo, os quais serão substancialmente alterados com a homologação do novo acordo de reparação.

O acordo de reparação também prioriza o direito à assessoria técnica ao destacar, nos parágrafos primeiro e segundo da Cláusula 18 do Anexo 6, que as ATIs já atuantes nos territórios atingidos serão mantidas até a conclusão do prazo contratual e deverão



apresentar plano de trabalho, bem como iniciar suas atividades nos territórios sob a gestão da União Federal para a contratação.

O Anexo 6 define que o escopo de trabalho das ATIs será com execução exclusiva de:

- I. Prestar apoio organizacional às pessoas atingidas, auxiliando-as na sua participação nos atos relacionados à reparação previstas neste ACORDO;
- II. Prestar apoio às pessoas atingidas mediante a explicação do conteúdo técnico das informações pertinentes à reparação, auxiliando-as na compreensão e participação informada, pelas próprias pessoas atingidas, nos procedimentos e atos relacionados à reparação de seus respectivos danos, conforme medidas previstas neste ACORDO;
- III. Sugerir ao Conselho Federal de Participação Social da Bacia do Rio Doce deliberar sobre propostas de elaboração de diagnósticos e estudos sobre temas socioeconômicos e socioambientais considerados relevantes pelas comunidades atingidas;
- IV. Auxiliar as pessoas atingidas e suas organizações na concepção, elaboração e monitoramento de projetos locais de interesse da comunidade atingida;
- V. Assistir às pessoas atingidas na organização de documentos, conforme critérios de elegibilidade previstos neste ACORDO;
- VI. Auxiliar as pessoas atingidas na apresentação de demandas às instituições responsáveis pelo sistema de reparação, compensação e indenização, estando resguardada a possibilidade de registro de dados de identificação pessoal nesta hipótese, observadas as disposições da Lei n. 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD);
- VII. Promover acesso às informações sobre processos de gestão, produção, beneficiamento e comercialização de atividades e serviços na área de abrangência deste ANEXO e sobre os aspectos culturais, socioambientais e econômicos na perspectiva do desenvolvimento sustentável, urbano, periurbano ou rural, por meio de atividades de educação não formal.

Como medida importante para a efetivação desse direito o Anexo 6 também estabelece as condições necessárias para que as assessorias possam atuar nos territórios, destacando que as entidades/associações devem ter o tempo mínimo de experiência de 03 anos, não possuir fins lucrativos, possuir experiência técnica comprovada, apresentar o plano de trabalho, dentre outros.

Nesse sentido, a Aedas cumpre com todos os critérios elencados, uma vez que pauta seu trabalho em modelo de assessoria técnica que prioriza os espaços participativos, os quais serão descritos na apresentação da Metodologia. Além disso, desde sua criação, o objetivo principal da Aedas é de interceder nas comunidades atingidas por barragens no intuito de defender os direitos das famílias atingidas e garantir um plano de negociação coletiva, no caso da aprovação dos empreendimentos e início de danos, visando a reparação justa, nos temas da habitação, fundiários, meio ambiente, saneamento, transporte e estradas, educação, saúde, produção agrícola, comercialização, agroindústria, entre outros.



03. Objetivo geral





Assegurar Assessoria Técnica Independente às pessoas atingidas pela barragem de Fundão da Samarco Mineração, Vale S.A e BHP Billiton em Mariana-MG, como pressuposto para a equiparação técnica e garantia da participação ampla e informada das comunidades, sobretudo no que tange ao Anexo 06 - Participação Social, do Acordo Judicial de Reparação Integral e Definitiva relativa ao Rompimento da Barragem de Fundão, de 25 de outubro de 2024.



04. Objetivos específicos:





I. Apoiar tecnicamente o processo de organização e auto-organização da população atingida em sua relação com a comunidade, auxiliando-as na sua participação nos atos relacionados à reparação previstas no Novo Acordo de Reparação do Rio Doce;

II. Apoiar a auto-organização, a participação coletiva e o acesso às medidas de reparação integral previstas no Acordo, para povos e comunidades tradicionais, respeitando suas especificidades.

III. Promover informação, inclusive técnica, à população atingida mediante a explicação do conteúdo técnico das informações pertinentes à reparação, auxiliando-as na compreensão e participação informada, pelas próprias pessoas atingidas, nos procedimentos e atos relacionados à reparação de seus respectivos danos, conforme medidas previstas no Novo Acordo de Reparação do Rio Doce;

IV. Realizar assessoramento do Conselho Federal de Participação Social da Bacia do Rio Doce e apoio da população atingida nos encaminhamentos de propostas à instância para deliberação de propostas de interesse dos territórios acompanhados relacionado aos temas socioeconômicos e socioambientais;

V. Auxiliar as pessoas atingidas e suas organizações na concepção, elaboração e monitoramento de projetos de interesse da comunidade atingida;

VI. Assistir às pessoas atingidas na organização de documentos, conforme critérios de elegibilidade para acesso às ações, programas e projetos do Novo Acordo de Reparação do Rio Doce;

VII. Sistematizar, fundamentar e encaminhar demandas das pessoas atingidas a apresentação de demandas às instituições responsáveis pelo sistema de reparação, compensação e indenização, estando resguardada a possibilidade de registro de dados de identificação pessoal nesta hipótese, observadas as disposições da Lei n. 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD).



05. Metodologia





Para atingir os objetivos traçados propomos uma metodologia que visa, por meio de ferramentas participativas, a construção de conhecimento através do diálogo entre o saber técnico especializado e o conhecimento local das comunidades assessoradas. Ela é composta pelas seguintes partes: (A) Registro Familiar (RF); (B) Pesquisa-Ação, Educação Popular e Mobilização Social; (C) Espaços participativos externos; (D) Espaços e metodologias participativas com Povos e Comunidades Tradicionais; (E) Ciranda; e (F) Materiais Pedagógicos e de Comunicação.

5.1 Registro Familiar (RF)

A primeira etapa da metodologia de trabalho da ATI Aedas consiste na realização da coleta de informações que caracterizem as pessoas atingidas por meio da aplicação do Registro Familiar (RF). Esse instrumento constitui não apenas um questionário estruturado, mas sobretudo uma ferramenta de inclusão e de aproximação entre equipe de mobilização e comunidades assessoradas. Ao estabelecer o primeiro contato com os titulares do registro e seus núcleos familiares, o RF permite que o processo de acompanhamento se inicie de forma dialógica, possibilitando a escuta qualificada e a sistematização das realidades sociais vivenciadas nos territórios atingidos.

A coleta de informações realizada nessa etapa cumpre um papel fundamental na metodologia de trabalho da Aedas pois possibilita que as equipes apreendam a complexidade das condições de vida e os múltiplos efeitos do desastre-crime sobre diferentes dimensões da vida comunitária, indo além da simples produção de dados estatísticos. A partir das análises dos dados coletados, se inicia o exercício metodológico que conjuga o saber técnico especializado com o conhecimento popular local, subsidiando a construção compartilhada de diagnósticos e estratégias que fundamentam análises mais robustas sobre as demandas coletivas que orientam a formulação de propostas que ampliam a legitimidade do próprio processo de trabalho da assessoria técnica. O questionário do Registro Familiar é composto por 390 perguntas, distribuídas entre o núcleo familiar e seus membros, com o objetivo de evidenciar danos e demandas decorrentes do rompimento a partir de perguntas elaboradas sobre os seguintes temas:

- Acesso e qualidade da água;



- Enchentes e risco geológico;
- Patrimônio, cultura, esporte, lazer e educação;
- Povos e Comunidades Tradicionais;
- Atividades de subsistência e remuneradas;
- Despesas, dívidas e financiamento;
- Segurança Alimentar;
- Cuidado e condição de saúde;
- Projetos Comunitário;
- Comunicação e Acesso à Informação;
- Organização Comunitária;
- Programas Reparatórios.

A aplicação ocorre por visitas *in loco*, sempre com a anuência da família, que fornece suas informações e reflete sobre o desastre-crime, destacando danos vivenciados nos anos seguintes ao rompimento. Esse processo inicial é fundamental não apenas para registrar perdas e danos, mas também para construir diagnóstico participativo que oriente a atuação da ATI e fortaleça a legitimidade do acompanhamento técnico.

A análise dos dados obtidos nos registros familiares permite estimar perdas e danos decorrentes do rompimento da barragem de Fundão, compreender mudanças nas condições de vida, identificar necessidades emergentes e planejar ações adequadas ao cenário encontrado. Esses dados fornecem uma visão da situação socioeconômica, de saúde e educacional das famílias, informando sobre a eficácia das medidas de reparação e mitigação implementadas, permitindo o acesso a informações que apoiem a definição de novas políticas públicas, bem como a utilização/continuidade daquelas já existentes.

5.2 Pesquisa-Ação, Educação Popular e Mobilização Social

Primamos pelo princípio de ampliação do protagonismo dos atingidos e das atingidas e, neste sentido, serão promovidos mecanismos que viabilizem a informação, a mobilização e o engajamento das comunidades a fim de propiciar que elas tomem decisões informadas no processo de reparação nos âmbitos social, ambiental e econômico das comunidades. Nesse sentido, o trabalho da assessoria técnica



independente pauta-se em três pilares metodológicos fundamentais: a pesquisa-ação, a educação popular e a mobilização social. Para tanto, a partir do diálogo com as pessoas atingidas e, em respeito às características socioculturais e formas de organização já estabelecidas nos territórios, serão promovidos espaços participativos que visem:

- I.** A democratização do acesso à informação no processo reparatório;
- II.** A construção de pautas, debate e aprofundamento sobre os planos, programas e ações de reparação;
- III.** A tomada participativa de decisão sobre temas prioritários e formas de encaminhamento;
- IV.** A construção de entendimentos coletivos.

Entende-se por pesquisa-ação, os desenhos de pesquisa que buscam tornar-se os “sujeitos pesquisados” em colaboradores do próprio processo de pesquisa, atribuindo à população alvo dos estudos papel significativo na formulação de perguntas, construção do desenho metodológico do estudo e mesmo na definição de quais estudos são bem-vindos e necessários (PERUZZO, 2017). Busca-se assim trazer a realidade narrada e vivenciada pela pessoa atingida para o centro do processo reparatório, sendo elementos importantes para a identificação dos danos causados e elaboração de propostas para sua reparação integral.

A educação popular visa a construção de um senso crítico que leve à compreensão coletiva da realidade e construção de entendimentos, bem como ao comprometimento e elaboração de propostas pela população, com vistas a construção de uma cultura de atuação para a cidadania. Ao contrário da ação antidialógica, a educação popular exige a postura de colaboração, para apoiar a população vulnerabilizada em seu processo de autorreflexão e reconhecimento, de modo que sejam os responsáveis pela construção dos mecanismos de transformação necessários para a superação da condição em que se encontram (FREIRE, 1970). Envolve o diálogo acerca dos problemas da população atingida em linguagem adequada, em um processo de tradução da linguagem técnica para a linguagem popular. Ao mesmo tempo, opera uma tradução inversa, construindo conceitos junto à população atingida e operando uma tradução inversa, do conhecimento popular para o campo técnico e jurídico.



Por fim, a mobilização social, enquanto metodologia, alimenta e é alimentada tanto pela pesquisa-ação, quanto pela educação popular. Werneck (2004) define a mobilização como a convocação de vontades para atuação conjunta em um propósito compartilhado. Na abordagem aqui identificada norteia-se pelos princípios de construção da autonomia e participação, buscando a incidência ativa de sujeitos em sua realidade social (MAFRA, 2010). Nessa perspectiva, a ideia de mobilização tem em sua concepção propostas organizativas, de ação coletiva orientada a um propósito comum, propositivas, de visão de mundo ou objetivo compartilhado, e participativas, tendo em vista o caráter coletivo da ação.

Nessa perspectiva, de forma integrada e complementar, serão realizadas/os:

5.2.1 Reuniões de Grupos de Atingidos e Atingidas (GAAs)

Os Grupos de Atingidos e Atingidas (GAAs) constituem a célula fundamental da organização e da participação popular no processo de reparação dos danos, tendo como principal objetivo estimular a auto-organização das famílias atingidas. Os grupos são instrumentos para se alcançar o protagonismo, a transparência e a continuação do processo de mobilização já iniciado nas comunidades, respeitando as particularidades de cada território. Todas as pessoas atingidas interessadas em participar do processo coletivo de reparação serão convidadas pelo coordenador do grupo a integrar um GAA, que será acompanhado pela equipe de mobilização.

A estratégia metodológica do GAA visa possibilitar o acompanhamento mais próximo do(a) mobilizador(a) com as pessoas atingidas de determinada comunidade/território ou categoria profissional, para tanto, esses grupos têm como expectativa um quantitativo de 15 (quinze) a 20 (vinte) integrantes e são coordenados pelas próprias pessoas atingidas.

As reuniões são realizadas periodicamente, a cada 45 dias, de acordo com as demandas organizadas e apresentadas pelas comunidades/territórios e categorias profissionais. No contexto atual, espera-se que os GAAs cumpram um papel central no diálogo sobre os projetos comunitários e programas da reparação (proposição, monitoramento, execução), garantindo também o repasse qualificado sobre o andamento do processo reparatório. No território de Conselheiro Pena, atualmente a Aedas acompanha e assessora **12 Grupos de Atingidos e Atingidas**.



5.2.2 Visitas Técnicas (VTs) e Acompanhamento de Lideranças

As Visitas Técnicas são realizadas por profissionais das equipes de mobilização e eixos temáticos, e seguem uma periodicidade quinzenal. São espaços que objetivam principalmente a qualificação da participação de lideranças comunitárias nas ações e atividades que decorrem do processo reparatório.

Para isso, as VTs visam também o fortalecimento de vínculos entre ATI e lideranças comunitárias, sendo um momento de escuta ativa e de trocas dialógicas, e assim, caracterizam-se por seu caráter formativo e informativo. Estes espaços contribuem para a) a organização de reuniões locais/comunitárias; b) repasses de informações sobre o processo reparatório, c) qualificação de pautas e demandas locais, d) preparação para reuniões com atores externos (Governos, Estado, Municípios, IJs e Instituições de Ensino), d) orientação sobre acesso à Programas, Projetos e Anexos da Repactuação/Reparação; entre outros.

5.2.3 Coletivo de Agentes Multiplicadores (AGMs)

O Coletivo de Agentes Multiplicadores é composto preferencialmente por três representantes de cada GAA (um homem, uma mulher e um jovem). Por seu engajamento mais ativo no processo reparatório, as pessoas atingidas envolvidas neste coletivo acompanharão, de forma mais próxima e aprofundada, os desdobramentos do processo de reparação (social, ambiental e econômica), com grande destaque para a temática de projetos, sejam eles comunitários, regionais e para a bacia do rio Doce. Também atuarão como cadeia transmissora de informações, apoiando a organização e mobilização para os GAAs dos quais são referência.

No território de Conselheiro Pena atualmente temos **34 AGMs** em assessoramento prestado pela ATIs. A proposta metodológica para o trabalho com esse coletivo perpassa também pelo acompanhamento de lideranças e o trabalho dos Eixos Temáticos.



5.2.4 Coletivo de Acompanhamento de Eixo – Eixo Temático AGM

A reparação de danos é um processo longo e complexo, que exige de todas as instituições e sujeitos envolvidos um intenso esforço de compreensão para aprofundamento nos diferentes temas que lhes atravessam. De modo a garantir a participação informada da população atingida nas diferentes esferas da reparação, o coletivo de Agentes Multiplicadores se divide em coletivos menores, *os eixos temáticos*, para especialização nas temáticas: a) Saúde; b) Assistência Social; c) Reativação Econômica; d) Mulheres; e) Povos Indígenas e Comunidades Tradicionais; f) Participação e Controle Social; g) Socioambiental; h) Indenização e Transparência.

Esses eixos reúnem-se trimestralmente, e acabam por fortalecer outros mecanismos e espaços de participação (governança) decorrentes da reparação, qualificando-se enquanto espaço de formação, monitoramento e proposição.

5.2.5 Comissão de Atingidas/os

A Comissão de Atingidos e Atingidas é um espaço organizativo das pessoas que são conhecidas e reconhecidas em seus territórios enquanto lideranças, que como tais assumem o compromisso de dialogar sobre as pautas coletivas nos espaços de representação, buscando que as demandas da população sejam encaminhadas e atendidas.

Nas reuniões, o coletivo de comissões assume o exercício do controle social, reforçando o compromisso com a transparência e a participação popular na fiscalização das atividades da ATI. As informações são disponibilizadas de forma clara, acessível e sem restrições, em conformidade com o princípio da transparência que orienta a atuação da Aedas em todos os seus projetos. Essa estrutura visa garantir que as pessoas atingidas tenham domínio e protagonismo no processo.

Neste sentido, para além das questões já apresentadas, o coletivo de comissões, ao reunir-se, realiza o monitoramento de ações e programas da reparação, bem como de atividades da própria ATI. É também neste espaço que demandas são socializadas e possibilidades de encaminhamento são construídas. O coletivo de comissões tem



caráter consultivo de deliberativo, decidindo sobre os caminhos possíveis para a solução de problemas coletivos.

Cabe destacar que, as Comissões Territoriais, consolidadas a partir do Termo de Ajustamento de Conduta (TAC-GOV), são compostas por representantes das Comissões Locais, eleitos por meio de votação em assembleia. As reuniões dessas comissões ocorrem mensalmente.

5.3 Espaços Participativos Externos

Para além da estrutura participativa interna apresentada acima, existem espaços e atividades que ocorrem junto aos atores externos da reparação (Órgãos do Governo Federal, Instituições de Justiça, Conselhos e Órgãos Ambientais e de Saúde, prefeituras, secretarias, assembleias, seminários, entre outros) em que a ATI atua de forma colaborativa com as pessoas e comunidades atingidas quando solicitado por elas, seja na preparação para atividade, seja no acompanhamento (presencial ou virtual). Nesse sentido, e objetivando a garantia do direito a participação das pessoas atingidas nesses espaços, optamos em classificá-los enquanto:

5.3.1 Espaço Participativo Externo – Acordo

Enquadram-se aqui as atividades realizadas junto a atores, instituições e organizações atuantes no processo reparatório e contam com a participação das pessoas atingidas. Compreendemos estas enquanto ações inclusas no circuito da reparação, sendo exemplos a participação nas reuniões do Conselho Federal de Participação Social, reuniões das estruturas participativas estaduais e municipais, entre outras.

5.3.2 Espaço Participativo Externo - Cidadão (Espaço de participação do cidadão)

São espaços que não são vinculados diretamente ao Acordo, mas estão relacionados à reparação e cumprem papel importante para a sociedade civil enquanto locais de controle social, participação e deliberação cidadã. São exemplos desses espaços conselhos de políticas públicas, câmaras, assembleias, organismos internacionais e organizações sociais publicamente reconhecidas por sua atuação. A Aedas compreende que o fomento do exercício da cidadania pela população atingida, incentivando e



apoando no acesso a mecanismos de participação pública já existentes, não apenas constrói canais alternativos para o diálogo a respeito dos direitos violados e do processo reparatório, como também representa um passo importante para a construção de autonomia das comunidades atingidas, e um possível legado importante do processo de assessoria técnica independente.

Um dos pontos centrais para um processo participativo efetivo é a materialização das reflexões coletivas em propostas da comunidade para o processo reparatório, que devem ser acompanhadas pela comunidade no exercício do controle social. Para tanto, considera-se fundamental a construção do “Plano de Ação Comunitário” que cumpre o papel de registro de demandas de cada um dos Grupos de Atingidos e Atingidas instituídos no processo de trabalho da ATI. Esses documentos identificam os principais pleitos da comunidade, as medidas previstas no Acordo que encaminham esses pleitos e a forma de monitoramento participativo de sua implementação. Serve assim como elemento de controle social sobre as ações desenvolvidas, além de ser um registro de cada comunidade e de suas demandas e conquistas no processo reparatório.

5.4 Espaços e Metodologias Participativas com os Povos e Comunidades Tradicionais (PCTs)

A metodologia de trabalho da ATI Aedas junto aos povos e comunidades tradicionais tem como base o respeito aos princípios de Autoidentificação, Autodefinição e Auto-organização das comunidades, assim como preconizada na Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT). Com base na organização autônoma da comunidade, quem define quem é e quem não é tradicional é a própria comunidade, a partir das noções de pertencimento e vínculos territoriais.

Para responder as demandas dos territórios tradicionais atingidos, foram desenvolvidas metodologias que respeitam o direito à participação e decisão das comunidades, em um processo contínuo de construção coletiva. São três as metodologias específicas utilizadas junto aos PCTs: 1) Mapeamento de Povos e Comunidades Tradicionais; 2) Oficinas de Tradicionalidade e 3) Elaboração de Protocolos de Consulta Livre, Prévia, Informada e de Boa-fé. Para além desses, as comunidades participam de todos os demais espaços participativos citados anteriormente.



As comunidades tradicionais, por meio de suas lideranças, são consultadas previamente antes de qualquer espaço que vá acontecer. A consulta acontece para que a comunidade seja informada previamente de todos os espaços, quais temas serão abordados e possa propor uma agenda.

5.4.1 Mapeamento de Povos e Comunidades Tradicionais

A metodologia do mapeamento foi estruturada a partir de uma demanda dos territórios atingidos por conta do não reconhecimento como "tradicional-atingido" no processo reparatório. Com isso, buscou-se identificar e georreferenciar esses povos e comunidades tradicionais. O Mapeamento se inicia com o cruzamento de dados do IBGE, da Fundação Cultural Palmares, de pesquisa documental e bibliográfica, juntamente com extensa pesquisa de campo.

Após reunir informações sobre a comunidade, a Aedas faz uma visita para estabelecer um primeiro contato e conversar com suas lideranças. Então é marcado uma reunião de apresentação do trabalho da Aedas para a comunidade. Depois, se inicia o trabalho de mobilização e construção dos espaços participativos. Muitas vezes, as comunidades que já são assessoradas pela Aedas levantam a pauta da tradicionalidade, informando se reconhecer como comunidade quilombola, ribeirinha ou pescador tradicional. Todos esses dados são sistematizados e é feito o registro das coordenadas geográficas, para ser inserido no mapa.

O respeito ao tempo próprio das comunidades e aos processos de autoidentificação coletiva faz com que a metodologia de mapeamento desenvolvida pela Aedas seja contínua e esteja em constante atualização. As identidades de "tradicional", "atingido" e "tradicional-atingido" vêm sendo construídas a partir da compreensão dos danos sofridos aos seus modos de vida tradicional. Até o momento, a Aedas Médio Rio Doce mapeou mais de 30 (trinta) povos e comunidades tradicionais. Dentre eles há quatro comunidades quilombolas, dezenas de coletivos de pescadores tradicionais, ribeirinhos e ilheiros, povos de terreiro, congados, pomeranos, areeiros e carroceiros.



5.4.2 Oficinas de Tradicionalidade

O intuito das oficinas é levantar registros de história oral e documentar elementos de tradições das comunidades. As *oficinas* estão organizadas em 03 espaços participativos distintos.

- **Oficina 01 e 02 – Elementos de Tradição:** Consiste na escuta qualificada e no registro das histórias das comunidades, no processo de documentação de elementos de tradições (são registrados os seus modos de vida e produção, a organização social e as relações com o território tradicional). Geralmente são necessários dois ou mais espaços como esse.
- **Oficina 03 – Ouvindo os Mais Velhos:** Esse espaço consiste em visita técnica às lideranças e aos mais velhos. As visitas possibilitam o aprofundamento das histórias e memórias levantadas nas oficinas. É importante levantar informações sobre ancestralidade, início da ocupação no território, núcleos familiares mais antigos, tecnologias e ferramentas de produção, festas, celebrações, práticas culturais e religiosas. Também é pautada as principais mudanças geradas pelo rompimento aos modos de vida tradicionais. Quando possível, é feito levantamento audiovisual das visitas, por meio de fotos e vídeos.
- **Oficina 04 – Revisão Participativa:** A sistematização dos dados levantados ao longo das oficinas é apresentada por meio de uma carta que conta a história da comunidade. Durante o espaço, a carta vai ser lida e revisada por todos. Por vezes, vai ser necessário mais de um espaço para a revisão. Após aprovada, a *Carta de Autorreconhecimento* é entregue a comunidade. Algumas dessas cartas têm auxiliado as comunidades no processo de certificação junto aos órgãos competentes.

5.4.3 Protocolos de Consulta Livre, Prévia, Informada e de Boa-fé

São documentos onde estão as regras e formas de organização próprias de cada povo e comunidade tradicional, assim, são forma escrita de seu direito próprio, suas instituições e normatividades, que desde sempre existiram e foram transmitidas oralmente. São instrumentos que os povos e comunidades tradicionais passaram a consolidar como forma de fazer o Estado entender e respeitar as suas leis. O protocolo é



uma importante ferramenta de mobilização de base comunitária (com participação autônoma e efetiva, assim como obtenção do consentimento).

Antes de iniciar o processo de elaboração do protocolo é necessário o levantamento prévio de informações sobre o território, articulados com dois dos principais princípios da oficina, o passado (*a memória e o “quem somos”*) e o presente-futuro (*aquilo que nos ameaça*), mas também quais as expectativas e interesses de desenvolvimento autônomo da comunidade. É importante nesse momento procura dar conta da formação histórico-social da comunidade e do território, assim como sistematizar levantamento bibliográfico. Antes de iniciar as oficinas é necessário consultar as lideranças, apresentar a proposta de agenda e fazer adequações no calendário e na metodologia, proposta com base na especificidade de cada comunidade. A metodologia desenvolvida para a elaboração do Protocolo de Consulta consiste na realização de 08 espaços participativos, entretanto, se a comunidade achar necessário, devem ser realizadas mais oficinas. As oficinas estão organizadas da seguinte forma:

- **Oficina 01 e 02 - Memória Coletiva:** Levar os participantes a reflexão e compartilhamento de sua conexão com as famílias, com a terra, com as águas, com a alimentação e artesanato local, com as festas da comunidade e práticas tradicionais que existem ou já existiram naquele território, um momento de reativação da oralidade e apropriação pela assessoria dos elementos tradicionais de determinado campo.
- **Oficina 03 - Oficina de Direitos Tradicionais:** Políticas públicas e marcos regulatórios são apresentados em linguagem acessível e para conhecimento geral das normativas nacionais e internacionais que podem se apresentar como portas para a comunidade proteger os seus direitos.
- **Oficina 04 - O que é um Protocolo:** A oficina de Protocolo tem como intuito garantir a proteção e preservação das comunidades atingidas como instrumentalização dos direitos das comunidades, a identificarem e utilizarem seus potenciais. Apresentando processos que outras comunidades vivenciaram (com recursos de audiovisual, leitura coletiva de protocolos que já estão prontos) espera-se estimular as comunidades atingidas, onde o projeto será desenvolvido a começarem a desenhar as formas de construção para a realidade específica das comunidades atingidas.



- **Oficina 05 e 06 - Como Queremos ser Consultados:** Esse é o espaço no qual a comunidade vai refletir como deseja ser consultada. É importante que seja respondido: Como queremos ser consultados? Quando devemos ser consultados? Onde devemos ser consultados? Quem deve estar presente no processo de consulta? Como lidar com entes externos a comunidade? E várias outras questões sobre o processo de elaboração do protocolo. Após essas oficinas, tudo o que foi dito vai ser sistematizado e organizado em formato de texto.
- **Oficina 07 - Revisão Participativa:** A oficina tem por objetivo revisar coletivamente todos os pontos das oficinas anteriores, alinhando entendimentos sobre a sistematização das informações que serão publicadas e quais informações são internas a comunidade. Importante uma discussão ampla, densa e detalhada, de forma que deem legitimidade ao documento elaborado. Os encontros de revisão participativa levarão o tempo necessário estabelecidos pela comunidade.
- **Oficina 08 - Lançamento do Protocolo:** Espaço participativo que tem o objetivo de consagrar o trabalho feito com a comunidade e dar conhecimento comum sobre o Protocolo, com entrega do documento em formato impresso e por meio digital (PDF), para a comunidade e a assessoria divulgarem de forma ampla.

Além dos espaços participativos já desenvolvidos com os Povos e Comunidades Tradicionais, outras oficinas e metodologias têm sido demandadas pelas comunidades. Elas são: 1) Elaboração de cartografia social de territórios tradicionais; 2) Oficina sobre reparação e tradicionalidade; 3) Oficina sobre território, identidade e pertencimento; 4) Oficina sobre atravessamentos entre raça, gênero, trabalho e tradicionalidade (interseccionalidades).

5.5 Ciranda

O rompimento da barragem de Fundão, em Mariana - MG, além de atingir irreversivelmente a paisagem cultural/socioambiental entre Minas Gerais e Espírito Santo, trouxe para a vida de milhares de pessoas, diversos tipos de vulnerabilidades e danos, impostos dia após dia e de formas novas e distintas. No contexto das infâncias e adolescências atingidas pelo desastre-crime, compreende-se como é essencial e preciso



visibilizá-los, pois vivenciaram uma série de mudanças negativas que desestruturaram a suas identidades, os modos de vida, a cultura e tradições, além de outros aspectos como o decréscimo da qualidade e estrutura de vida e do acesso a ambientes estáveis e seguros em um momento crucial de seu desenvolvimento.

Assim, mostra-se necessário medidas independentes para reparação da faixa etária infantojuvenil, pois a exclusão social e as violações de direitos na infância e adolescência geram marcas profundas, atingindo não apenas o indivíduo, mas toda a estrutura social e por isso, como medida mitigatória de transtornos futuros, devemos ser mais incisivos na caracterização das infâncias e adolescência, descaracterizando-as como meras dependentes dos adultos e dando atenção às suas especificidades. A Aedas em todos os espaços participativos com as pessoas adultas atingidas promove a realização das cirandas. As cirandas são espaços participativos voltados às crianças e aos adolescentes como sujeitos de direitos, na responsabilidade coletiva sobre as infâncias e adolescências e na prioridade absoluta da garantia de seus direitos, como estabelecido pela Constituição Federal do Brasil e pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, em seu artigo 4º. Das pessoas registradas e acompanhadas pela Aedas no território, 23,7% são crianças e adolescentes.

As cirandas, assim como os espaços participativos voltados para os adultos, se fundamentam na educação popular, mobilização e pesquisa-ação para desenvolver metodologias que dialogam com a realidade cultural, social e territorial das crianças e adolescentes atingidos. Por meio de propostas que trazem ludicidade, formação crítica, escuta ativa, orientadas pelo protagonismo, modos de vida e experiências desses sujeitos, os temas da reparação são esmiuçados com a finalidade de que os atingidos infantojuvenis tenham acesso democrático às informações do processo reparatório. Desse modo, podem discutir, a partir de sua realidade, os danos sofridos, as suas próprias demandas, as ideias de projetos e propostas a serem compartilhadas com os adultos para se somar nas construções de entendimentos coletivos e encaminhamentos que incidirão no processo de reparação.

Atrelado aos temas da reparação e considerando o conceito da Reparação Integral, as cirandas transversalizam assuntos como: diversidade étnico-racial, equidade de gênero, direitos dos povos e comunidades tradicionais, identidade cultural e social, meio ambiente e sociedade, saúde, lazer, educação, alimentação, direitos das crianças e



adolescentes, além de outros que são fomentados ou levantados pelas/os próprias/os participantes.

Além disso, as cirandas possibilitam a participação plena das pessoas responsáveis pelas crianças e adolescentes, pois terão como rede de apoio uma equipe da ATI com profissionais plurais e de formação interdisciplinar, focados na proteção e garantia de direitos, na escuta e formação das crianças e adolescentes atingidas. As cirandas asseguram com que as mulheres-mães, socialmente sobrecarregadas com os cuidados das crianças, consigam participar de maneira que as discrepâncias de gênero sejam reduzidas. De acordo com os Registros Familiares da Aedas, por volta de 51,50% das pessoas acompanhadas no território são mulheres, o que evidencia a necessidade de ações voltadas para a sua efetiva participação quando mães.

Por fim, a ciranda no processo reparatório significa garantir que as vozes de crianças e adolescentes ecoem e deem sequência junto aos seus pais, às suas mães, aos familiares e à comunidade na luta pela reparação integral.

5.6 Materiais Pedagógicos e de Comunicação

A comunicação popular e o acesso à informação constituem instrumentos fundamentais na promoção de uma reparação que se faça justa e, assim, integral. Tais elementos fortalecem o protagonismo das comunidades atingidas, ampliam a transparência dos processos e contribuem para a construção coletiva de soluções. Essa comunicação, impulsionada pelo corpo técnico da Aedas em consonância com os anseios e necessidades encontradas nos territórios, não apenas informa, mas também empodera e transforma, alinhando-se aos valores de igualdade, justiça e participação ativa das comunidades atingidas e suas próprias narrativas. Baseando-se no princípio de comunicação popular que "possui conteúdo crítico-emancipador e reivindicativo e tem o "povo" como protagonista principal, o que a torna um processo democrático e educativo" (Peruzzo, 2006, p. 4).

Serão utilizados como instrumento os seguintes produtos:

a) Digitais

- **Boletim da Reparação:** tem como conteúdo os temas centrais da reparação e decisões judiciais que alcançam diretamente a vida das pessoas atingidas e os



rumos da reparação individual ou coletiva. O objetivo desse boletim é manter as pessoas atingidas informadas sobre avanços, impasses e novas determinações do processo de reparação. São utilizados recursos textuais e audiovisuais, com disparos pelo Whatsapp e, de maneira impressa, no jornal.

- **Boletim Aedas Informa:** tem como conteúdo notícias institucionais da Aedas ou informações relevantes de parceiros, eventos, posicionamentos, editais e outras notícias. O objetivo é dar visibilidade ao papel institucional da Aedas e situar a entidade como referência na reparação. São utilizados recursos textuais e audiovisuais, com disparos pelo *Whatsapp*.
- **Boletim Médio Rio Doce:** tem como conteúdo as notícias do dia a dia, coberturas de reuniões internas (espaços participativos, por exemplo) e externas (com Instituições de Justiça, governos, entidades, audiências públicas). O objetivo é valorizar e dar transparência às atividades do território, reforçando a participação popular. São utilizados recursos textuais e audiovisuais, com disparos pelo *Whatsapp*.

b) Transmídia

- **Rádio Estação Rio Doce:** é um produto distribuído de forma acessível e próxima à realidade das comunidades, usando a oralidade como meio central de comunicação. Veiculado em plataformas digitais, rádios comunitárias e comerciais, abordando notícias, entrevistas, memórias e histórias de vida ligadas à reparação, à luta por justiça e à vida cotidiana das pessoas atingidas. Alcance de públicos que não acessam os meios digitais de forma constante.
- **Jornal Territórios:** é um produto tipo tabloide contendo de 12 a 16 páginas, com lançamento bimestral. Objetiva ser um espaço de memória, informação e mobilização das pessoas atingidas. Traz reportagens, registros de atividades e análises sobre o processo de reparação, valorizando especialmente as vozes das mulheres, povos e comunidades tradicionais e população negra. Distribuído



durante espaços participativos, disponibilizado no site e enviado em boletim digital para as comunidades assessoradas.

c) Impressos

- Cadernos temático: materiais aprofundados sobre temas específicos, funcionam como referência para espaços participativos, formações e fortalecimento de lideranças locais.
- Cartilhas/folders/folhetos: tem formato prático e linguagem direta, facilitando a leitura rápida e o compartilhamento entre grupos de atingidos e atingidas e suas comunidades.
- Produtos gráficos: bottons, adesivos, ecobags, banners, faixas, pastas, crachás, blocos de notas e cartazes. Utilizados em campanhas, espaços temáticos e datas simbólicas. Criam identidade visual compartilhada, pois circulam nos espaços participativos, plenárias e mobilizações, ampliando a visibilidade das pautas das comunidades.

d) Campanhas

As campanhas de comunicação são utilizadas como estratégias internas e externas de atuação da equipe de comunicação, pois traduzem temas complexos em materiais acessíveis, como no caso das campanhas sobre o novo acordo de reparação. Utilizam identidade visual unificada, fortalecendo a credibilidade da assessoria técnica independente como fonte de informação segura e acessível. As campanhas de comunicação também são utilizadas para marcar datas simbólicas (como os anos do rompimento da barragem de Fundão), reforçando a luta coletiva e a memória das comunidades atingidas. Tem como foco principal circular em diferentes formatos (impressos, digitais, sonoros e audiovisuais), garantindo que a mensagem chegue tanto a quem está conectado às redes sociais quanto a quem depende de materiais físicos.

e) Oficinas

As oficinas são ferramentas centrais na atuação junto às comunidades atingidas, pois formam sujeitos comunicadores, ampliando a autonomia popular na produção e



circulação de informações. Elas se inserem como estratégia que fortalece a comunicação popular, com conteúdo definido a partir da realidade, demandas e saberes das comunidades atingidas. São criadas por meio de metodologias participativas, com exercícios práticos e linguagem acessíveis para, assim, introduzir noções básicas de comunicação, como fotografia, produção audiovisual, e recursos digitais.



06. **Transparência e Rastreabilidade/ Monitoramento e Controle Social**





Para garantir um monitoramento eficiente das ações realizadas pela Assessoria Técnica Independente (ATI) e a conformidade com o Termo de Compromisso, estão programadas auditorias de natureza contábil-financeira e finalística. Uma entidade externa, independente da Aedas e de qualquer empresa associada às mineradoras, realizará essas auditorias. Essa entidade deve estar devidamente habilitada pelo Conselho Regional de Contabilidade para conduzir a auditoria externa.

Essa condição está prevista na Cláusula 27 do Acordo Judicial para Reparação Integral e Definitiva, assinado em 25 de outubro de 2024, em razão do colapso da Barragem de Fundão.

De acordo com a cláusula mencionada, a auditoria visa avaliar a execução do plano de trabalho da ATI Aedas para verificar se está em conformidade com os compromissos estabelecidos no Acordo Judicial. Isso abrange a análise do uso dos recursos financeiros, a avaliação dos resultados obtidos em comparação com as metas definidas, a checagem da conformidade dos processos administrativos e operacionais, além da verificação da eficácia das ações implementadas nas comunidades atingidas.

Os pareceres técnicos fornecidos pela auditoria apoiarão o controle social e a tomada de decisões pelos órgãos competentes e outras instâncias de governança da reparação.

A Aedas disponibilizará os pareceres das auditorias contábil-financeiras e finalísticas, bem como os relatórios finalísticos trimestrais, em formato físico e digital, às Comissões Territoriais de Atingidos e Atingidas, às instâncias participativas previstas no Acordo Judicial e a qualquer pessoa atingida que os solicite. Além disso, os pareceres emitidos pela auditoria serão divulgados em uma aba específica de transparência no site institucional da entidade, garantindo amplo acesso à informação e fortalecendo o controle social sobre a execução do Plano de Trabalho.

Outra ferramenta que garante o controle social por parte de atingidos e atingidas são os encontros de Controle Social, nos quais será apresentado à Comissão de Atingidos e atingidas o balanço das atividades finalísticas realizadas no semestre via reunião ordinária das Comissões Territoriais e demais atingidos e atingidas interessados e interessadas a participar.

A apresentação desses balanços permite a reflexão, adequações e construção coletiva com as Comissões Territoriais e demais atingidos e atingidas interessados dos



próximos passos da Assessoria, dentro do cronograma de atividades do Plano de Trabalho. Isso garante momentos de escuta, participação e avaliação contínua.

Como parte das ações voltadas ao controle social e à avaliação contínua do trabalho da ATI, a auditoria externa deverá realizar, no mínimo, um encontro semestral com as Comissões Territoriais de Atingidos e Atingidas. Esses encontros também estarão abertos à participação das instâncias previstas no Acordo Judicial e de qualquer pessoa atingida que deseje acompanhar o processo.

Durante esses encontros, serão apresentados os resultados das avaliações contábil-financeiras e finalísticas realizadas pela auditoria externa. Além disso, será realizada a escuta das pessoas atingidas, por meio da coleta de relatos e percepções sobre o trabalho desenvolvido pela ATI Aedas no período. Os relatos, coletivos e individuais, deverão ser incorporados aos pareceres da auditoria finalística e protocolados no sistema Judicial.

Contudo, a Aedas também divulgará de forma massiva e permanente, endereço eletrônico e número de telefone para receber possíveis críticas e sugestões a qualquer momento sobre o trabalho executado, bem como, em conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados (Lei 13.709/2018), para solicitações de quaisquer dados fornecidos à instituição ao longo do processo de assessoramento técnico independente. Respeitando o anonimato, tais reclamações serão repassadas para a Comissão Local, no intuito de analisar a relevância e construir coletivamente as soluções. Caberá ainda aos órgãos públicos avaliar as reclamações apresentadas pelas comunidades em relação à prestação de assessoria técnica independente e adotar as medidas que julgar cabíveis, após a oitiva da Aedas para esclarecimentos sobre os pontos apresentados.



07. Cronograma





ATIVIDADES POR OBJETIVO ATI AEDAS - MÉDIO RIO DOCE				Mês 01	Mês 02	Mês 03	Mês 04	Mês 05	Mês 06	Mês 07	Mês 08	Mês 09	Mês 10	Mês 11	Mês 12	Mês 13	Mês 14	Mês 15	Mês 16	Mês 17	Mês 18	Mês 19	Mês 20	Mês 21	Mês 22	Mês 23	Mês 24
OBJETIVO	CÓDIGO DA ATIVIDADE	ATIVIDADE	ENTREGAS	nov/25	dez/25	jan/26	fev/26	mar/26	abr/26	mai/26	jun/26	jul/26	ago/26	set/26	out/26	nov/26	dez/26	jan/27	fev/27	mar/27	abr/27	mai/27	jun/27	jul/27	ago/27	set/27	out/27
I	RD02-1.1	Realizar reuniões dos Grupos de Atingidos e Atingidas	Relatorias e materiais pedagógicos das reuniões																								
I	RD02-1.2	Realizar ciclo de visitas às lideranças	Evidências das visitas realizadas no período																								
I	RD02-1.3	Apoiar Povos e Comunidades Tradicionais dos territórios no acesso a seus direitos específicos já reconhecidos	Documentos produzidos para acesso a direitos																								
II	RD02-2.1	Realizar Rodas de Diálogo com as pessoas atingidas	Relatorias e materiais pedagógicos das reuniões																								
II	RD02-2.2	Produção de peças recorrentes para canais de comunicação	Peças de comunicação produzidas																								
II	RD02-2.3	Organizar e realizar campanhas de comunicação temáticas da ATI	Peças de comunicação produzidas																								
III	RD02-3.1	Realizar acompanhamento da Comissão Territorial de atingidos e atingidas	Relatorias e materiais pedagógicos das reuniões																								
III	RD02-3.2	Realizar levantamento, estudo, registro e sistematização das decisões e medidas existentes dentro do sistema reparatório	Materiais informativos produzidos sobre os documentos sistematizados																								
III	RD02-3.3	Apoiar a participação das pessoas atingidas nas reuniões das instâncias de participação da Bacia	Materiais informativos preparatórios para as reuniões com atores externos																								
IV	RD02-4.1	Realizar reuniões com os coletivos de Agentes Multiplicadores	Relatorias e materiais pedagógicos das reuniões																								
IV	RD02-4.2	Realizar as reuniões com os Eixos Temáticos de Agentes Multiplicadores	Relatorias e materiais pedagógicos das reuniões																								
IV	RD02-4.3	Apoiar na elaboração de projetos comunitários	Projetos comunitários elaborados																								
IV	RD02-4.4	Elaborar planos de ação comunitários	Planos de ação comunitários																								
V	RD02-5.1	Realizar aplicação do Registro Familiar	Registro Familiar aplicado																								
V	RD02-5.2	Acompanhar situações individuais de vulnerabilidade agravadas no território	Ofícios de encaminhamento de casos de vulnerabilidade para órgãos públicos																								
V	RD02-5.3	Realizar atendimento individual de dúvidas e orientações em relação ao processo reparatório e seus desdobramentos	Relatório de atendimentos realizados																								
VI	RD02-6.1	Elaborar documentos de encaminhamento das demandas da população atingida	Documentos de encaminhamentos de demandas																								
VI	RD02-6.2	Realizar envio, monitoramento e acompanhamento das demandas comunitárias nos anexos do Novo Acordo do Rio Doce	Relatório de monitoramento das demandas																								
VI	RD02-6.3	Realizar diálogo institucional com outros atores do processo reparatório	Relatorias das reuniões realizadas																								



ATIVIDADES POR OBJETIVO ATI AEDAS - MÉDIO RIO DOCE				Mês 25	Mês 26	Mês 27	Mês 28	Mês 29	Mês 30	Mês 31	Mês 32	Mês 33	Mês 34	Mês 35	Mês 36	Mês 37	Mês 38	Mês 39	Mês 40	Mês 41	Mês 42	Mês 43	Mês 44	Mês 45	Mês 46	Mês 47	Mês 48
OBJETIVO	CÓDIGO DA ATIVIDADE	ATIVIDADE	ENTREGAS	nov/27	dez/27	jan/28	fev/28	mar/28	abr/28	mai/28	jun/28	jul/28	ago/28	set/28	out/28	nov/28	dez/28	jan/29	fev/29	mar/29	abr/29	mai/29	jun/29	jul/29	ago/29	set/29	out/29
I	RD02-1.1	Realizar reuniões dos Grupos de Atingidos e Atingidas	Relatorias e materiais pedagógicos das reuniões																								
I	RD02-1.2	Realizar ciclo de visitas às lideranças	Evidências das visitas realizadas no período																								
I	RD02-1.3	Apoiar Povos e Comunidades Tradicionais dos territórios no acesso a seus direitos específicos já reconhecidos	Documentos produzidos para acesso a direitos																								
II	RD02-2.1	Realizar Rodas de Diálogo com as pessoas atingidas	Relatorias e materiais pedagógicos das reuniões																								
II	RD02-2.2	Produção de peças recorrentes para canais de comunicação	Peças de comunicação produzidas																								
II	RD02-2.3	Organizar e realizar campanhas de comunicação temáticas da ATI	Peças de comunicação produzidas																								
III	RD02-3.1	Realizar acompanhamento da Comissão Territorial de atingidos e atingidas	Relatorias e materiais pedagógicos das reuniões																								
III	RD02-3.2	Realizar levantamento, estudo, registro e sistematização das decisões e medidas existentes dentro do sistema reparatório	Materiais informativos produzidos sobre os documentos sistematizados																								
III	RD02-3.3	Apoiar a participação das pessoas atingidas nas reuniões das instâncias de participação da Bacia	Materiais informativos preparatórios para as reuniões com atores externos																								
IV	RD02-4.1	Realizar reuniões com os coletivos de Agentes Multiplicadores	Relatorias e materiais pedagógicos das reuniões																								
IV	RD02-4.2	Realizar as reuniões com os Eixos Temáticos de Agentes Multiplicadores	Relatorias e materiais pedagógicos das reuniões																								
IV	RD02-4.3	Apoiar na elaboração de projetos comunitários	Projetos comunitários elaborados																								
IV	RD02-4.4	Elaborar planos de ação comunitários	Planos de ação comunitários																								
V	RD02-5.1	Realizar aplicação do Registro Familiar	Registro Familiar aplicado																								
V	RD02-5.2	Acompanhar situações individuais de vulnerabilidade agravadas no território	Ofícios de encaminhamento de casos de vulnerabilidade para órgãos públicos																								
V	RD02-5.3	Realizar atendimento individual de dúvidas e orientações em relação ao processo reparatório e seus desdobramentos	Relatório de atendimentos realizados																								
VI	RD02-6.1	Elaborar documentos de encaminhamento das demandas da população atingida	Documentos de encaminhamentos de demandas																								
VI	RD02-6.2	Realizar envio, monitoramento e acompanhamento das demandas comunitárias nos anexos do Novo Acordo do Rio Doce	Relatório de monitoramento das demandas																								
VI	RD02-6.3	Realizar diálogo institucional com outros atores do processo reparatório	Relatorias das reuniões realizadas																								



ATIVIDADES POR OBJETIVO ATI AEDAS - MÉDIO RIO DOCE				Mês 01	Mês 02	Mês 03	Mês 04	Mês 05	Mês 06	Mês 07	Mês 08	Mês 09	Mês 10	Mês 11	Mês 12	Mês 13	Mês 14	Mês 15	Mês 16	Mês 17	Mês 18	Mês 19	Mês 20	Mês 21	Mês 22	Mês 23	Mês 24
OBJETIVO	CÓDIGO DA ATIVIDADE	ATIVIDADE	ENTREGAS	nov/25	dez/25	jan/26	fev/26	mar/26	abr/26	mai/26	jun/26	jul/26	ago/26	set/26	out/26	nov/26	dez/26	jan/27	fev/27	mar/27	abr/27	mai/27	jun/27	jul/27	ago/27	set/27	out/27
Gestão	RD02-7.1	Implementação do projeto de ATI nos territórios	Contratos; Protocolos de uso dos bens;																								
Gestão	RD02-7.2	Revisar e implementar fluxos de trabalho do MRD a partir do novo acordo	Fluxos de trabalho do MRD a partir do novo acordo																								
Gestão	RD02-7.3	Gerir estruturas físicas do projeto	Instrumentos de controle de patrimônio;																								
Gestão	RD02-7.4	Gerir estruturas digitais do projeto	Relatório de atendimento do ServiCDesk; Orientações aos usuários em relação às atualizações na plataforma/software; Procedimento operacional padrão de uso do software.																								
Gestão	RD02-7.5	Desenvolver e implementar os aplicativos do Médio Rio Doce	Aplicativos e instrumentos implementados e funcionando.																								
Gestão	RD02-7.6	Realizar contratação das vagas remanescentes do projeto e formação inicial das novas contratações	Contrato Trabalhista assinado.																								
Gestão	RD02-7.7	Realizar gestão de pessoas do projeto	Instrumento de acompanhamento do RH do Projeto; Folhas de Pontos dos colaboradores.																								
Gestão	RD02-7.8	Realizar gestão documental do projeto	Instrumento de monitoramento dos contratos do Projeto; Estrutura de pastas e subpastas para o armazenamento físico e digital dos documentos; Verificações internas do sistema documental.																								
Gestão	RD02-7.9	Realizar ciclo formativo das equipes do projeto	Capturas de tela, LPI, Fotos com metadados e documentos pedagógicos das Formações internas.																								
Gestão	RD02-7.10	Realizar prestação de contas finalística do projeto	Relatório Finalístico do Projeto.																								
Gestão	RD02-7.11	Realizar prestação de contas financeira do projeto	Relatórios Financeiros.																								
Gestão	RD02-7.12	Executar ciclo de Planejamento, Monitoramento, Avaliação e Sistematização (PMAS) do projeto	Planejamento realizado																								
Gestão	RD02-7.13	Realizar análise de risco e segurança jurídica	Plano de gerenciamento de riscos; Pareceres ou Nota técnicas com recomendações de mitigação e medidas preventivas.																								
Gestão	RD02-7.14	Realizar desmobilização do projeto	Plano de comunicação para desmobilização; Contratos finalizados; Bens adquiridos destinados conforme o Plano de Desmobilização;																								
Gestão	RD02-7.15	Revisar Plano de Trabalho da ATI	Plano de trabalho revisado e entregue																								



ATIVIDADES POR OBJETIVO ATI AEDAS - MÉDIO RIO DOCE				Mês 25	Mês 26	Mês 27	Mês 28	Mês 29	Mês 30	Mês 31	Mês 32	Mês 33	Mês 34	Mês 35	Mês 36	Mês 37	Mês 38	Mês 39	Mês 40	Mês 41	Mês 42	Mês 43	Mês 44	Mês 45	Mês 46	Mês 47	Mês 48
OBJETIVO	CÓDIGO DA ATIVIDADE	ATIVIDADE	ENTREGAS	nov/27	dez/27	jan/28	fev/28	mar/28	abr/28	mai/28	jun/28	jul/28	ago/28	set/28	out/28	nov/28	dez/28	jan/29	fev/29	mar/29	abr/29	mai/29	jun/29	jul/29	ago/29	set/29	out/29
Gestão	RD02-7.1	Implementação do projeto de ATI nos territórios	Contratos; Protocolos de uso dos bens;																								
Gestão	RD02-7.2	Revisar e implementar fluxos de trabalho do MRD a partir do novo acordo	Fluxos de trabalho do MRD a partir do novo acordo																								
Gestão	RD02-7.3	Gerir estruturas físicas do projeto	Instrumentos de controle de patrimônio;																								
Gestão	RD02-7.4	Gerir estruturas digitais do projeto	Relatório de atendimento do ServiCDesk; Orientações aos usuários em relação às atualizações na plataforma/software; Procedimento operacional padrão de uso do software.																								
Gestão	RD02-7.5	Desenvolver e implementar os aplicativos do Médio Rio Doce	Aplicativos e instrumentos implementados e funcionando.																								
Gestão	RD02-7.6	Realizar contratação das vagas remanescentes do projeto e formação inicial das novas contratações	Contrato Trabalhista assinado.																								
Gestão	RD02-7.7	Realizar gestão de pessoas do projeto	Instrumento de acompanhamento do RH do Projeto; Folhas de Pontos dos colaboradores.																								
Gestão	RD02-7.8	Realizar gestão documental do projeto	Instrumento de monitoramento dos contratos do Projeto; Estrutura de pastas e subpastas para o armazenamento físico e digital dos documentos; Verificações internas do sistema documental.																								
Gestão	RD02-7.9	Realizar ciclo formativo das equipes do projeto	Capturas de tela, LPI, Fotos com metadados e documentos pedagógicos das Formações internas.																								
Gestão	RD02-7.10	Realizar prestação de contas finalística do projeto	Relatório Finalístico do Projeto.																								
Gestão	RD02-7.11	Realizar prestação de contas financeira do projeto	Relatórios Financeiros.																								
Gestão	RD02-7.12	Executar ciclo de Planejamento, Monitoramento, Avaliação e Sistematização (PMAS) do projeto	Planejamento realizado																								
Gestão	RD02-7.13	Realizar análise de risco e segurança jurídica	Plano de gerenciamento de riscos; Pareceres ou Nota técnicas com recomendações de mitigação e medidas preventivas.																								
Gestão	RD02-7.14	Realizar desmobilização do projeto	Plano de comunicação para desmobilização; Contratos finalizados; Bens adquiridos destinados conforme o Plano de Desmobilização;																								
Gestão	RD02-7.15	Revisar Plano de Trabalho da ATI	Plano de trabalho revisado e entregue																								



08. Metas e indicadores





RD02-1: Apoiar tecnicamente o processo de organização e auto-organização da população atingida em sua relação com a comunidade, auxiliando-as na sua participação nos atos relacionados à reparação previstas no Novo Acordo de Reparação do Rio Doce, em especial os povos e comunidades tradicionais interessados a fim de que possam participar livremente, pelo menos na mesma medida que outros setores da população;

INDICADOR:	Nº de reuniões comunitárias realizadas por mês, a partir do 2º mês de execução.	META:	18 espaços participativos por semestre				
ATIVIDADE		DURAÇÃO*	ENTREGA	EQUIPES			
RD02-1.1	Realizar reuniões dos Grupos de Atingidos e Atingidas	45 dias	Relatorias e materiais pedagógicos das reuniões	MOB	EIX	LOG	
RD02-1.2	Realizar ciclo de visitas às lideranças	45 dias	Evidências das visitas realizadas no período	MOB	LOG		
RD02-1.3	Apoiar Povos e Comunidades Tradicionais nos territórios no acesso a seus direitos específicos reconhecidos.	4 meses	Documentos produzidos para acesso a direitos	MSD	DRI	LOG	COM

*Considera-se a duração da execução de uma atividade como o tempo necessário desde o início da preparação até a conclusão de um ciclo de execução dessa atividade.

RD02-2: Promover informação, inclusive técnica, à população atingida mediante a explicação do conteúdo técnico das informações pertinentes à reparação, auxiliando-as na compreensão e participação informada, pelas próprias pessoas atingidas, nos procedimentos e atos relacionados à reparação de seus respectivos danos, conforme medidas previstas no Novo Acordo de Reparação do Rio Doce;

INDICADOR:	Número de pessoas informadas sobre o Acordo.	META:	1000 pessoas a cada 6 meses				
INDICADOR:	Número de peças de comunicação veiculados sobre o Acordo.	META:	50 peças de comunicação a cada 6 meses				
INDICADOR:	Número de canais de comunicação ativados pela ATI até o segundo mês de projeto.	META:	7 canais de comunicação				
ATIVIDADE		DURAÇÃO*	ENTREGA	EQUIPES			
RD02-2.1	Realizar Rodas de Diálogo com as pessoas atingidas	1 mês	Relatorias e materiais pedagógicos das reuniões	EIX	MOB	LOG	COM
RD02-2.2	Organizar e realizar campanhas de comunicação temáticas da ATI	três meses	peças de comunicação produzidas	COM	MOB	EIX	
RD02-2.3	Produção de peças recorrentes para canais de comunicação	1 mês	peças de comunicação produzidas	COM	MOB	EIX	

*Considera-se a duração da execução de uma atividade como o tempo necessário desde o início da preparação até a conclusão de um ciclo de execução dessa atividade.



RD02-3: Realizar assessoramento do Conselho Federal de Participação Social da Bacia do Rio Doce e apoio da população atingida no encaminhamentos de propostas à instância para deliberação de propostas de interesse dos territórios acompanhados relacionado aos temas socioeconômicos e socioambientais;

INDICADOR:	Assessoramento dos representantes escolhidos para o Conselho de Participação Social.	META:	03 Reuniões semestrais				
ATIVIDADE		DURAÇÃO*	ENTREGA	EQUIPES			
RD02-3.1	Realizar acompanhamento da Comissão Territorial de atingidos e atingidas	15 dias	Relatorias e materiais pedagógicos das reuniões	MOB	DRI	OI	LOG
RD02-3.2	Realizar levantamento, estudo, registro e sistematização das decisões e medidas existentes no sistema reparatório	15 dias	Materiais informativos produzidos sobre os documentos sistematizados	EIX	COM		
RD02-3.3	Apoiar a participação das pessoas atingidas nas reuniões das instâncias de participação da Bacia	15 dias	Materiais informativos preparatórios para as reuniões com atores externos	MOB	EIX	LOG	

*Considera-se a duração da execução de uma atividade como o tempo necessário desde o início da preparação até a conclusão de um ciclo de execução dessa atividade.

RD02-4: Auxiliar as pessoas atingidas e suas organizações na concepção, elaboração e monitoramento de projetos de interesse da comunidade atingida;

INDICADOR:	Projetos em fase de elaboração com apoio técnico das ATIs		META:	2 projetos elaborados por edital lançado			
ATIVIDADE		DURAÇÃO*	ENTREGA	EQUIPES			
RD02-4.1	Realizar reuniões com os coletivos de Agentes Multiplicadores	1 mês	Relatorias e materiais pedagógicos das reuniões	EIX	MOB	LOG	COM
RD02-4.2	Realizar as reuniões com os Eixos Temáticos de Agentes Multiplicadores	1 mês	Relatorias e materiais pedagógicos das reuniões	EIX	MOB	LOG	COM
RD02-4.3	Apoiar na elaboração de projetos comunitários	3 meses	Projetos comunitários elaborados	EIX	MOB		
RD02-4.4	Elaborar planos de ação comunitários	3 semanas	Planos de Ação comunitários elaborados	EIX			

*Considera-se a duração da execução de uma atividade como o tempo necessário desde o início da preparação até a conclusão de um ciclo de execução dessa atividade.



RD02-5: Assistir às pessoas atingidas na organização de documentos, conforme critérios de elegibilidade para acesso às ações, programas e projetos do Novo Acordo de Reparação do Rio Doce;

INDICADOR:	Número de atendimentos realizados a cada 6 meses	META:	30 atendimentos realizados				
ATIVIDADE		DURAÇÃO*	ENTREGA	EQUIPES			
RD-2-5.1	Realizar aplicação do Registro Familiar	6 meses	Registro familiar aplicado	MOB			
RD02-5.2	Acompanhar situações individuais de vulnerabilidade agravadas no território	45 dias	Ofícios de encaminhamento de casos de vulnerabilidade para órgãos públicos	SIV			
RD02-5.3	Realizar atendimento individual de dúvidas e orientações em relação ao processo reparatório e seus desdobramentos	45 dias	Relatório de atendimentos realizados	MOB	EIX		

*Considera-se a duração da execução de uma atividade como o tempo necessário desde o início da preparação até a conclusão de um ciclo de execução dessa atividade.

RD02-6: Sistematizar, fundamentar e encaminhar demandas das pessoas atingidas a apresentação de demandas às instituições responsáveis pelo sistema de reparação, compensação e indenização, estando resguardada a possibilidade de registro de dados de identificação pessoal nesta hipótese, observadas as disposições da Lei n. 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD).

INDICADOR:	Número de relatórios técnicos a respeito das demandas das pessoas atingidas entregue a cada 6 meses	META:	1 relatório de demandas por semestre				
ATIVIDADE		DURAÇÃO*	ENTREGA	EQUIPES			
RD-2-5.1	Elaborar documentos de encaminhamento das demandas da população atingida	45 dias	Demandas encaminhadas	EIX			
RD02-5.2	Realizar envio, monitoramento e acompanhamento das demandas comunitárias nos anexos do Novo Acordo do Rio Doce	45 dias	Relatório de monitoramento das demandas	EIX			
RD02-5.3	Realizar diálogo institucional com outros atores do processo reparatório	45 dias	Relatorias das reuniões realizadas	EIX			

*Considera-se a duração da execução de uma atividade como o tempo necessário desde o início da preparação até a conclusão de um ciclo de execução dessa atividade.



Atividades de gestão do projeto de assessoria técnica independente							
ATIVIDADE		DURAÇÃO*	ENTREGA	EQUIPES			
RD02-7.1	Implementação do projeto de ATI no território	3 meses	-	LOG	ADM		
RD02-7.2	Revisar e implementar fluxos de trabalho do MRD a partir do Acordo	6 meses	fluxos do projeto implementados	OI			
RD02-7.3	Gerir estruturas físicas do projeto	1 mês	-	LOG			
RD02-7.4	Gerir estruturas digitais do projeto	1 mês	-	GI			
RD02-7.5	Desenvolver e implementar os aplicativos do Médio Rio Doce	3 meses	aplicativos desenvolvidos e implementados	GI			
RD02-7.6	Realizar contratação das vagas remanescentes do projeto e formação inicial das novas contratações	1 mês	Equipe contratada	ADM	TODAS		
RD02-7.7	Realizar gestão de pessoas do projeto	1 mês	-	TODAS			
RD02-7.8	Realizar gestão documental do projeto	1 mês	-	ADM	GI		
RD02-7.9	Realizar ciclo formativo das equipes do projeto	3 meses	Formações realizadas	TODAS			
RD02-7.10	Realizar prestação de contas finalística do projeto	6 meses	Relatório Finalístico	ADM			
RD02-7.11	Realizar prestação de contas financeira do projeto	6 meses	Relatório Financeiro	OI			
RD02-7.12	Executar ciclo de Planejamento, Monitoramento, Avaliação e Sistematização (PMAS) do projeto	1 mês	-	OI	TODAS		
RD02-7.13	Realizar análise de risco e segurança jurídica	1 mês	-	ADM			
RD02-7.14	Realizar desmobilização do projeto	3 meses	-	ADM	LOG		
RD02-7.15	Revisar o plano de trabalho da ATI	3 meses	Plano de trabalho revisado	OI	ADM	TODAS	
*Considera-se a duração da execução de uma atividade como o tempo necessário desde o início da preparação até a conclusão de um ciclo de execução dessa atividade.							



09. Orçamento detalhado do projeto





O presente orçamento foi elaborado com base em distribuição dos recursos previstos para o assessoramento técnico da população atingida pelo rompimento da Barragem de Fundão no Anexo 6 do Acordo Judicial para Reparação Definitiva. Conforme apontado pela Aedas em diferentes comunicações à Anater, o contexto atípico do território do Vale do Aço (com população superior a 350.000 pessoas e 11 municípios), leva a uma distorção e desproporcionalidade dos recursos recebidos, em relação aos demais territórios da Bacia, nesse sentido, para mitigar os problemas encontrados, na elaboração orçamentária foram adotadas algumas soluções metodológicas abaixo apresentadas.

Prezando por uma eficiência financeira e boa gestão do recurso, foram identificados itens de recursos humanos e estrutura que, pelo caráter transversal de execução tendem a ser compartilhados entre os territórios assessorados pela Aedas. São eles:

- Materiais comunicativos
- Softwares e contratos
- Parte dos recursos humanos
- Parte dos itens de custeio.

Os cargos de RH compartilhados estão sinalizados no organograma do projeto e destacados na planilha de Recursos Humanos na cor azul. Os itens de custeio compartilhados estão apresentados em planilha específica.

Para os materiais de comunicação e recursos humanos compartilhados, buscou-se preservar a proporcionalidade de custo entre os planos de trabalho. Já os itens de custeio compartilhados foram distribuídos igualmente entre os planos de trabalho do T.06, T.07 e T.08. Isso se deve ao fato de que o plano de trabalho do Vale do Aço possui uma maior execução territorial que não é acompanhada do aumento proporcional de recursos, dessa forma, considerando o RH e custeio específico necessário, não seria possível realizar uma divisão proporcional dos itens de custeio sem prejudicar drasticamente os outros itens de execução.

Em relação a distribuição do orçamento por metas, foi adotada a seguinte metodologia:



- Para a rubrica de recursos humanos, a partir da distribuição das equipes entre as atividades, calculou-se a distribuição proporcional de cada uma das equipes entre as metas do plano de trabalho, multiplicando o valor encontrado pelo custo total da equipe.
- A rubrica de Comunicação foi inserida integralmente nas metas 02, 03 e 04, a partir de uma divisão simples entre as três.
- Para a rubrica de espaços participativos identificou-se quais metas são executadas por cada tipo de espaço tendo seu custo dividido respectivamente nas metas identificadas.
- Para a rubrica de custeio optou-se por uma divisão equânime entre todas as metas.

Por fim, em relação a divisão das metas nas parcelas de desembolso, considerou-se a liberação de uma primeira parcela de 08 meses, 05 parcelas de 06 meses e uma parcela final de 04 meses, com a divisão proporcional do recurso de cada rubrica nas parcelas. A exceção dessa regra é a rubrica de recursos humanos que respeita de forma direta o cronograma de desmobilização do projeto.

CONSELHEIRO PENA	nov/2025 - jun/2026		jul/2026 - dez/2026		jan/2027 - jun/2027		jun/2027 - dez/2027		jan/2028-jun/2028		jul/2028 - dez/2028		jan/2029 - abr/2029		TOTAL	
TOTAL	R\$	5.713.884,99	R\$	3.975.146,62	R\$	3.593.571,19	R\$	3.579.553,50	R\$	3.790.818,78	R\$	3.437.894,12	R\$	2.254.946,47	R\$	26.345.815,67
Recursos Humanos	R\$	3.767.918,39	R\$	2.860.275,73	R\$	2.598.751,66	R\$	2.598.751,66	R\$	2.795.827,48	R\$	2.456.752,93	R\$	1.436.070,47	R\$	18.514.348,32
Custeio Compartilhado	R\$	1.095.094,82	R\$	298.865,81	R\$	298.865,81	R\$	298.865,81	R\$	298.865,81	R\$	298.865,81	R\$	234.243,87	R\$	2.823.667,75
Custeio Territorial	R\$	312.943,42	R\$	166.891,81	R\$	166.891,81	R\$	166.891,81	R\$	166.891,81	R\$	166.891,81	R\$	111.261,21	R\$	1.258.663,69
Metodologia Participativa	R\$	137.209,11	R\$	102.906,84	R\$	102.906,84	R\$	102.906,84	R\$	102.906,84	R\$	102.906,84	R\$	68.604,56	R\$	720.347,85
Comunicação	R\$	16.950,86	R\$	12.713,14	R\$	12.713,14	R\$	12.713,14	R\$	12.713,14	R\$	12.713,14	R\$	8.475,43	R\$	88.992,00
Taxa administrativa	R\$	383.768,39	R\$	247.799,04	R\$	228.969,31	R\$	228.969,31	R\$	243.158,77	R\$	218.745,40	R\$	133.823,20	R\$	1.685.233,41
Emissão de Nota Fiscal de Serviços prestados	R\$	-	R\$	285.694,25	R\$	184.472,62	R\$	170.454,93	R\$	170.454,93	R\$	181.018,19	R\$	262.467,73	R\$	1.254.562,65
RD02-1	R\$	331.160,13	R\$	213.852,62	R\$	187.003,62	R\$	187.003,62	R\$	198.142,20	R\$	189.986,41	R\$	107.129,50	R\$	1.414.278,10
Recursos Humanos	R\$	229.919,51	R\$	173.338,41	R\$	146.489,41	R\$	146.489,41	R\$	157.627,99	R\$	149.472,20	R\$	78.020,03	R\$	1.081.356,96
Custeio Compartilhado	R\$	65.705,69	R\$	17.931,95	R\$	17.931,95	R\$	17.931,95	R\$	17.931,95	R\$	17.931,95	R\$	14.054,63	R\$	169.420,06
Custeio Territorial	R\$	18.776,61	R\$	10.013,51	R\$	10.013,51	R\$	10.013,51	R\$	10.013,51	R\$	10.013,51	R\$	6.675,67		
Metodologia Participativa	R\$	16.758,33	R\$	12.568,75	R\$	12.568,75	R\$	12.568,75	R\$	12.568,75	R\$	12.568,75	R\$	8.379,17	R\$	87.981,25
Comunicação	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	R\$		-
RD02-2																
Recursos Humanos	R\$	540.455,87	R\$	410.078,27	R\$	368.273,62	R\$	368.273,62	R\$	396.168,91	R\$	377.543,93	R\$	204.081,70	R\$	2.664.875,92
Custeio Compartilhado	R\$	164.264,22	R\$	44.829,87	R\$	44.829,87	R\$	44.829,87	R\$	44.829,87	R\$	44.829,87	R\$	35.136,58	R\$	423.550,16
Custeio Territorial	R\$	46.941,51	R\$	25.033,77	R\$	25.033,77	R\$	25.033,77	R\$	25.033,77	R\$	25.033,77	R\$	16.689,18	R\$	188.799,55
Metodologia Participativa	R\$	10.716,53	R\$	8.037,40	R\$	8.037,40	R\$	8.037,40	R\$	8.037,40	R\$	8.037,40	R\$	5.358,26	R\$	56.261,77
Comunicação	R\$	16.950,86	R\$	12.713,14	R\$	12.713,14	R\$	12.713,14	R\$	12.713,14	R\$	12.713,14	R\$	8.475,43	R\$	88.992,00
RD02-3	R\$	538.867,92	R\$	347.027,15	R\$	324.524,29	R\$	324.524,29	R\$	340.369,36	R\$	316.498,61	R\$	191.415,18	R\$	2.383.226,81
Recursos Humanos	R\$	306.020,05	R\$	231.418,35	R\$	208.915,50	R\$	208.915,50	R\$	224.760,56	R\$	200.889,81	R\$	110.842,65	R\$	1.491.762,42
Custeio Compartilhado	R\$	109.509,48	R\$	29.886,58	R\$	29.886,58	R\$	29.886,58	R\$	29.886,58	R\$	29.886,58	R\$	23.424,39	R\$	282.366,77
Custeio Territorial	R\$	31.294,34	R\$	16.689,18	R\$	16.689,18	R\$	16.689,18	R\$	16.689,18	R\$	16.689,18	R\$	11.126,12	R\$	125.866,37
Metodologia Participativa	R\$	92.044,05	R\$	69.033,04	R\$	69.033,04	R\$	69.033,04	R\$	69.033,04	R\$	69.033,04	R\$	46.022,02	R\$	483.231,25
Comunicação	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	R\$		-
RD02-4	R\$	761.154,03	R\$	493.037,01	R\$	403.594,50	R\$	403.594,50	R\$	428.192,70	R\$	414.361,62	R\$	248.599,10	R\$	3.152.533,46
Recursos Humanos	R\$	546.338,47	R\$	414.563,29	R\$	325.120,78	R\$	325.120,78	R\$	349.718,98	R\$	335.887,90	R\$	191.383,29	R\$	2.488.133,48
Custeio Compartilhado	R\$	153.313,27	R\$	41.841,21	R\$	41.841,21	R\$	41.841,21	R\$	41.841,21	R\$	41.841,21	R\$	32.794,14	R\$	395.313,48
Custeio Territorial	R\$	43.812,08	R\$	23.364,85	R\$	23.364,85	R\$	23.364,85	R\$	23.364,85	R\$	23.364,85	R\$	15.576,57	R\$	176.212,92
Metodologia Participativa	R\$	17.690,21	R\$	13.267,65	R\$	13.267,65	R\$	13.267,65	R\$	13.267,65	R\$	13.267,65	R\$	8.845,10	R\$	92.873,58
Comunicação	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	R\$		-
RD02-5	R\$	228.146,67	R\$	147.621,30	R\$	117.404,30	R\$	117.404,30	R\$	124.886,40	R\$	118.994,46	R\$	64.691,72	R\$	919.149,14
Recursos Humanos	R\$	171.825,14	R\$	128.990,99	R\$	98.774,00	R\$	98.774,00	R\$	106.256,09	R\$	100.364,15	R\$	50.871,51	R\$	755.855,88
Custeio Compartilhado	R\$	43.803,79	R\$	11.954,63	R\$	11.954,63	R\$	11.954,63	R\$	11.954,63	R\$	11.954,63	R\$	9.369,75	R\$	112.946,71
Custeio Territorial	R\$	12.517,74	R\$	6.675,67	R\$	6.675,67	R\$	6.675,67	R\$	6.675,67	R\$	6.675,67	R\$	4.450,45	R\$	50.346,55
Metodologia Participativa	R\$	-	R\$	-	R\$	-	R\$	-	R\$	-	R\$	-	R\$	-	R\$	-
Comunicação	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	R\$		-
RD02-6	R\$	122.305,19	R\$	81.167,75	R\$	62.577,25	R\$	62.577,25	R\$	66.594,28	R\$	65.029,51	R\$	41.266,33	R\$	501.517,56
Recursos Humanos	R\$	94.144,43	R\$	71.852,60	R\$	53.262,10	R\$	53.262,10	R\$	57.279,12	R\$	55.714,36	R\$	34.356,23	R\$	419.870,94
Custeio Compartilhado	R\$	21.901,90	R\$	5.977,32	R\$	5.977,32	R\$	5.977,32	R\$	5.977,32	R\$	5.977,32	R\$	4.684,88	R\$	56.473,35
Custeio Territorial	R\$	6.258,87	R\$	3.337,84	R\$	3.337,84	R\$	3.337,84	R\$	3.337,84	R\$	3.337,84	R\$	2.225,22	R\$	25.173,27
Metodologia Participativa	R\$	-	R\$	-	R\$	-	R\$	-	R\$	-	R\$	-	R\$	-	R\$	-
Comunicação	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	R\$		-
GESTÃO	R\$	2.569.153,67	R\$	1.658.255,05	R\$	1.626.137,49	R\$	1.626.137,49	R\$	1.732.237,06	R\$	1.465.101,81	R\$	935.812,56	R\$	11.612.835,12
Recursos Humanos	R\$	1.879.214,93	R\$	1.430.033,81	R\$	1.397.916,25	R\$	1.397.916,25	R\$	1.504.015,82	R\$	1.236.880,57	R\$	766.515,07	R\$	9.612.492,71

[illegible]



2. CUSTEIO E INFRAESTRUTURA

COM-2. CUSTO OPERACIONAL COMPARTILHADO								
COMPOSIÇÃO DO CUSTO - INFRAESTRUTURA								
Nº RUBRICA	ESPECIFICAÇÃO	QUANT.	UNIDADE	VALOR UNITÁRIO	CUSTO TOTAL	MOMENTO DO DISPÊNDIO	COMPARTILHAMENTO DE ESTRUTURA	
COM-2.1	COMUNICAÇÃO							
COM-2.1.1	Despesas Postais/Correios	42	mês	R\$ 200,00	R\$ 8.400,00	mensal	Compartilhada	
COM-2.1.2	Chip e crédito de celular pré pago	20	unid	R\$ 100,00	R\$ 2.000,00	mensal	Compartilhada	
Sub-total (Custo)					R\$ 10.400,00			
COM-2.2	SERVIÇOS PRESTADOS - PESSOA FÍSICA E JURÍDICA (INCLUSIVE ENCARGOS)							
COM-2.2.1	Serviços prestados - (Pessoa Jurídica e Física)	42	mês	R\$ 6.000,00	R\$ 252.000,00	mensal	Compartilhada	
COM-2.2.2	Serviços prestados por profissional da Instituição	42	horas	R\$ 45.869,56	R\$ 1.926.521,52	mensal	Compartilhada	
COM-2.2.3	Diárias institucionais	130	unid.	R\$ 250,00	R\$ 32.500,00	mensal	Compartilhada	
COM-2.2.4	Encadernações e Reprografia/Fotocópias e produtos personalizados	42	mês	R\$ 1.242,94	R\$ 52.203,48	mensal	Compartilhada	
COM-2.2.5	Assessoria Jurídica	42	mês	R\$ 8.856,69	R\$ 371.980,98	mensal	Compartilhada	
COM-2.2.6	Serviço Contábeis	46	mês	R\$ 9.643,00	R\$ 443.578,00	mensal	Compartilhada	
COM-2.2.7	Multas, juros e tarifas extraordinárias	42	mês	R\$ 100,00	R\$ 4.200,00	mensal	Compartilhada	
COM-2.2.8	Implantação da LGPD/PCEAT	6	unid.	R\$ 28.198,99	R\$ 169.193,94	mensal	Compartilhada	
COM-2.2.9	Seguro trabalhista	8	ano	R\$ 10.000,00	R\$ 80.000,00	mensal	Compartilhada	
COM-2.2.10	Seguro Escritórios, Equipamentos e Veículos	4	ano	R\$ 64.393,06	R\$ 257.572,24	mensal	Compartilhada	
COM-2.2.11	Serviço de transporte	45	unid	R\$ 10.000,00	R\$ 450.000,00	mensal	Compartilhada	
Sub-total (Custo Fixo)					R\$ 4.039.750,16			
COM-2.3	CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO DE BENS E INSTALAÇÕES							
COM-2.3.1	Conservação e Manutenção de Bens e Instalações	38	mês	R\$ 6.000,00	R\$ 228.000,00	mensal	Compartilhada	
COM-2.3.2	Manutenção de equipamentos	42	mês	R\$ 16.357,14	R\$ 686.999,88	mensal	Compartilhada	
COM-2.3.3	Conservação, Manutenção, Restauração de avarias dos automóveis e sinistro	38	unid	R\$ 5.457,00	R\$ 207.366,00	mensal	Compartilhada	
COM-2.3.4	Alvará, taxa de fiscalização e funcionamento, taxa de incêndio e afins	4	ano	R\$ 2.000,00	R\$ 8.000,00	mensal	Compartilhada	
COM-2.3.5	Serviços e bens de Segurança	42	mês	R\$ 2.000,00	R\$ 84.000,00	mensal	Compartilhada	
COM-2.3.6	Prestação de Serviços para mobilização e desmobilização de infraestrutura	1	unid	R\$ 63.000,00	R\$ 63.000,00	final	Compartilhada	
COM-2.3.7	Aquisição de material para mobilização e desmobilização de infraestrutura	1	unid	R\$ 42.000,00	R\$ 42.000,00	final	Compartilhada	
Sub-total (Custo Fixo)					R\$ 1.319.365,88			
COM-2.4	DIVERSOS							
COM-2.4.1	Consumo - Lanches (escritório)	42	mês	R\$ 1.200,00	R\$ 50.400,00	mensal	Compartilhada	
COM-2.4.2	Água potável	924	garrafão	R\$ 25,00	R\$ 23.100,00	mensal	Compartilhada	
COM-2.4.3	Combustível	75.600	litro	R\$ 7,00	R\$ 529.200,00	mensal	Compartilhada	
COM-2.4.4	Estacionamento / Pedágio	42	mês	R\$ 1.680,00	R\$ 70.560,00	mensal	Compartilhada	
COM-2.4.5	Ônibus / Taxi / Outros	42	mês	R\$ 1.443,00	R\$ 60.606,00	mensal	Compartilhada	
COM-2.4.6	Aquisição de Passagens	84	unid	R\$ 2.400,00	R\$ 201.600,00	mensal	Compartilhada	
COM-2.4.7	Formação/capacitação equipe	16	unid.	R\$ 3.450,00	R\$ 55.200,00	mensal	Compartilhada	
COM-2.4.8	Software, armazenamento em nuvem, contas de e-mail, programas e licenças de sistemas	4	Ano	R\$ 481.155,30	R\$ 1.924.621,20	inicial	Compartilhada	
Sub-total (Custo Fixo)					R\$ 2.915.287,20			
TOTAL CUSTO (R\$1,00) - OPERACIONAL					R\$ 8.284.803,24			
DESPESAS COM BENS, MÓVEIS E EQUIPAMENTOS								
COM-2.5	AQUISIÇÃO DE PERIFÉRICOS							
COM-2.5.1	Notebook robusto + 3 anos de garantia estendida	4	unid.	R\$ 11.000,00	R\$ 44.000,00	inicial	Compartilhada	
COM-2.5.2	Acessórios Audiovisuais	1	unid.	R\$ 10.000,00	R\$ 10.000,00	inicial	Compartilhada	
COM-2.5.3	Equipamento de videoconferência	1	unid	R\$ 11.000,00	R\$ 11.000,00	inicial	Compartilhada	
COM-2.5.4	Mesa de plástico	30	unid.	R\$ 350,00	R\$ 10.500,00	inicial	Compartilhada	
COM-2.5.5	Cadeira de plástico	120	unid.	R\$ 80,00	R\$ 9.600,00	inicial	Compartilhada	
COM-2.5.6	Utensílios de cozinha	42	mês	R\$ 950,00	R\$ 39.900,00	inicial	Compartilhada	
COM-2.5.7	Chip para smartphone	10	unid.	R\$ 20,00	R\$ 200,00	inicial	Compartilhada	
COM-2.5.8	Equipamentos e acessórios de informática	42	mensal	R\$ 500,00	R\$ 21.000,00	mensal	Compartilhada	
COM-2.5.9	Cabos para infraestrutura da internet	16	unid.	R\$ 2.500,00	R\$ 40.000,00	inicial	Compartilhada	
TOTAL CUSTO (R\$1,00) - Bens, móveis e equipamentos					R\$ 186.200,00			
TOTAL CUSTEIO					R\$ 8.471.003,24			



2. CUSTEIO E INFRAESTRUTURA

CUSTEIO OPERACIONAL TERRITORIAL								
COMPOSIÇÃO DO CUSTO - INFRAESTRUTURA								
Nº RUBRICA	ESPECIFICAÇÃO	QUANT.	UNIDADE	VALOR UNITÁRIO		CUSTO TOTAL	MOMENTO DO DISPÊNDIO	COMPARTILHAMENTO DE ESTRUTURA
CP-2.1	COMUNICAÇÃO							
CP-2.1.1	Telefone (plano corporativo com linha exclusiva e internet)	42	mês	R\$	1.860,86	R\$ 78.156,00	mensal	T6
CP-2.1.2	Telefone fixo e Internet (para os escritório)	42	mês	R\$	1.122,71	R\$ 47.154,00	mensal	T6
Sub-total (Custo)						R\$ 125.310,00		
CP-2.2	SERVIÇOS PRESTADOS - PESSOA FÍSICA E JURÍDICA (INCLUSIVE ENCARGOS)							
CP-2.2.1	Plano de prevenção, medicina e segurança do trabalho	42	mês	R\$	337,50	R\$ 14.175,00	mensal	T6
CP-2.2.2	Exames Clínicos (inclui admissional)	81	unid.	R\$	175,00	R\$ 14.175,00	mensal	T6
CP-2.2.3	Diárias para equipe	1401	unid.	R\$	100,00	R\$ 140.050,00	mensal	T6
CP-2.2.4	Contratação temporária de profissionais	23	meses	R\$	7.492,81	R\$ 172.334,63	mensal	T6
CP-2.2.5	Aluguel Veículos - Veículo modelo Hatch e Veículo modelo 4x4	42	mês	R\$	8.480,00	R\$ 356.160,00	mensal	T6
Sub-total (Custo Fixo)						R\$ 696.894,63		
CP-2.3	CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO DE BENS E INSTALAÇÕES							
CP-2.3.1	Material de limpeza	42	mês	R\$	733,75	R\$ 30.817,50	mensal	T6
CP-2.3.2	Material de copa e cozinha	42	mês	R\$	250,00	R\$ 10.500,00	mensal	T6
Sub-total (Custo Fixo)						R\$ 41.317,50		
CP-2.4	DIVERSOS							
CP-2.4.1	Material de Escritório	42	mês	R\$	267,00	R\$ 11.214,00	mensal	T6
CP-2.4.2	Material de Ciranda	200	Nº de espaços	R\$	30,00	R\$ 6.000,00	mensal	T6
CP-2.4.3	Aluguel de Imóvel - Escritórios/Garagem	42	mês	R\$	6.088,68	R\$ 255.724,56	mensal	T6
CP-2.4.4	Energia elétrica	42	mês	R\$	681,00	R\$ 28.602,00	mensal	T6
CP-2.4.5	Água e Esgoto	42	mês	R\$	61,43	R\$ 2.580,00	mensal	T6
CP-2.4.6	Cavalete Flip Chart	2	unid.	R\$	300,00	R\$ 600,00	mensal	T6
Sub-total (Custo Fixo)						R\$ 304.720,56		
TOTAL CUSTO (R\$1.00) - OPERACIONAL						R\$ 1.168.242,69		
DESPESAS COM BENS, MÓVEIS E EQUIPAMENTOS								
CP-2.5	AQUISIÇÃO DE PERIFÉRICOS							
CP-2.5.1	Notebook Padrão + 3 anos de garantia estendida	6	unid.	R\$	8.500,00	R\$ 51.000,00	inicial	T6
CP-2.5.2	Tablet	1	unid.	R\$	1.508,00	R\$ 1.508,00	inicial	T6
CP-2.5.3	Máquina Fotográfica profissional	1	unid.	R\$	7.600,00	R\$ 7.600,00	inicial	T6
CP-2.5.4	Caixa de som com microfone e auxiliares	1	unid.	R\$	4.000,00	R\$ 4.000,00	inicial	T6
CP-2.5.5	Bebedouro	2	unid.	R\$	400,00	R\$ 800,00	inicial	T6
CP-2.5.6	Geladeira	1	unid.	R\$	3.000,00	R\$ 3.000,00	inicial	T6
CP-2.5.7	Fogão	1	unid.	R\$	1.750,00	R\$ 1.750,00	inicial	T6
CP-2.5.8	microondas	1	unid.	R\$	875,00	R\$ 875,00	inicial	T6
CP-2.5.9	Armários para Escritório	3	unid.	R\$	1.000,00	R\$ 3.000,00	inicial	T6
CP-2.5.10	Aparelho telefônico móveis (smartphone)	8	unid.	R\$	1.500,00	R\$ 12.000,00	inicial	T6
CP-2.5.11	Acessórios de smartphone	8	unid.	R\$	48,50	R\$ 388,00	inicial	T6
CP-2.5.12	Switch	1	unid.	R\$	4.500,00	R\$ 4.500,00	inicial	T6
TOTAL CUSTO (R\$1.00) - Bens, móveis e equipamentos						R\$ 90.421,00		
TOTAL CUSTEIO						R\$ 1.258.663,69		

3. METODOLOGIA PARTICIPATIVA

ESPAÇO PARTICIPATIVO 01 - (até 10 pessoas)							
COMPOSIÇÃO DO CUSTO UNITÁRIO							
Especificação	Valor (R\$1,00)	Quantidade	Custo (R\$)		Reaj. anual	exec. estimada	Custo estimado
Alimentação (almoço e lanche)	R\$ 50,00	10	R\$ 500,00	2025	1,00	4	R\$ 17.000,00
Material Pedagógico	R\$ 5,00	10	R\$ 50,00	2026	1,05	24	R\$ 107.100,00
Transporte equipe	R\$ -	1	R\$ -	2027	1,10	24	R\$ 112.200,00
Transporte atingidos/as	R\$ 3.200,00	1	R\$ 3.200,00	2028	1,15	20	R\$ 97.750,00
Materiais descartáveis de uso pessoal	R\$ 1,00	0	R\$ -	2029	1,20	12	R\$ 61.200,00
Material de Limpeza	R\$ -	1	R\$ -	Total geral			R\$ 395.250,00
Contratação de Monitor/a Ciranda	R\$ 250,00	0	R\$ 500,00				
Custo Unitário Total			R\$ 4.250,00				
ESPAÇO PARTICIPATIVO 02 - (até 50 pessoas)							
COMPOSIÇÃO DO CUSTO UNITÁRIO							
Especificação	Valor (R\$1,00)	Quantidade	Custo (R\$)		Reaj. anual	exec. estimada	Custo estimado
Alimentação (lanche)	R\$ 10,00	50	R\$ 500,00	2025	1,00	5	R\$ 4.375,00
Materiais descartáveis	R\$ 1,00	50	R\$ 50,00	2026	1,05	80	R\$ 73.500,00
Material de Limpeza	R\$ -	1	R\$ -	2027	1,10	80	R\$ 77.000,00
Impressões gráficas	R\$ 1,50	50	R\$ 75,00	2028	1,15	75	R\$ 75.468,75
Contratação de Monitor/a Ciranda	R\$ 250,00	1	R\$ 250,00	2029	1,20	32	R\$ 33.600,00
Custo Unitário Total 2025			R\$ 875,00	Total geral			R\$ 263.943,75
ESPAÇO PARTICIPATIVO 03 (até 200 pessoas)							
COMPOSIÇÃO DO CUSTO UNITÁRIO							
Especificação	Valor (R\$1,00)	Quantidade	Custo (R\$)		Reaj. anual	exec. estimada	Custo estimado
Alimentação (lanche)	R\$ 10,00	200	R\$ 2.000,00	2025	1,00	1,4	R\$ 7.994,00
Material Pedagógico	R\$ 10,00	200	R\$ 2.000,00	2026	1,05	2,8	R\$ 16.787,40
Transporte equipe	R\$ -	1	R\$ -	2027	1,10	2,8	R\$ 17.586,80
Transporte atingidos/as	R\$ 1.000,00	1	R\$ 1.000,00	2028	1,15	1,4	R\$ 9.193,10
Materiais descartáveis de uso pessoal	R\$ 1,00	200	R\$ 200,00	2029	1,20	1,4	R\$ 9.592,80
Material de Limpeza	R\$ 10,00	1	R\$ 10,00	Total geral			R\$ 61.154,10
Contratação de Monitor/a Ciranda	R\$ 250,00	3	R\$ 500,00	TOTAL ESPAÇOS PARTICIPATIVOS			R\$ 720.347,85
Custo Unitário Total			R\$ 5.710,00				



4. COMUNICAÇÃO

4.1 - PRODUÇÃO DE MATERIAL GRÁFICO, AUDIOVISUAL																																															
COMPOSIÇÃO DE CUSTO																																															
ESPECIFICAÇÃO	QUANTIDADE	nov/25 dez/25 jan/26 fev/26 mar/26 abr/26 mai/26 jun/26 jul/26 ago/26 set/26 out/26 nov/26 dez/26 jan/27 fev/27 mar/27 abr/27 mai/27 jun/27 jul/27 ago/27 set/27 out/27 nov/27 dez/27 jan/28 fev/28 mar/28 abr/28 mai/28 jun/28 jul/28 ago/28 set/28 out/28 nov/28 dez/28 jan/29 fev/29 mar/29 abr/29																																													
		1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40	41	42	CUSTO UNITÁRIO	VALOR TOTAL (R\$)		
5.1.1 - Folder	5400			300			500			300			500			300			500			300			500			300			500			300			500			300			300		R\$ 7,20	R\$ 38.880,00	
5.1.2 - Tabloide (Jornal)	40000			2000		2.000		2.000		2.000		2.000		2.000		2.000		2.000		2.000		2.000		2.000		2.000		2.000		2.000		2.000		2.000		2.000		2.000		2.000		2.000		2.000		R\$ 2,40	R\$ 96.000,00
5.1.3 - Cartilhas - Formação	2700				300			200			300		200			300			300				300			300				300			150			150									R\$ 29,00	R\$ 78.300,00	
5.1.4 - Informativos/panfletos	5200			400			400			400			400			400			400			400			400				400			400				400				400			400		R\$ 0,60	R\$ 3.120,00	
5.1.5 - Produtos audiovisuais	29					1		1			2		3		1		2		1			1			3			1		1		2				1	2	1		2	2	1	1		R\$ 2.500,00	R\$ 72.500,00	
5.1.6 - Veiculação de programa de rádio	82	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2		R\$ 1.000,00	R\$ 82.000,00	
TOTAL (R\$)																																												R\$		370.800,00	

PROJEÇÃO MENSAL ESTIMADA PARA FINS DE CÁLCULO DE ORÇAMENTO TOTAL. QUANTIDADES MENSAIS PODEM VARIAR NO DECORRER DA EXECUÇÃO

5. DIÁRIAS

3.1.2.5 - ESTIMATIVA DE VALORES DE DESEMBOLSO PARA ATIVIDADES DE CAMPO PARA EQUIPE

CARGO	DIAS DE CAMPO X SEMANA	Nº DE SEMANAS DE EXERCÍCIO	TOTAL DIÁRIAS	VALOR TOTAL DIÁRIAS
COORDENAÇÃO GERAL DE PROJETO	0,5	42	21	R\$ 2.100,00
ASSESSORIA DA COORDENAÇÃO GERAL DE PROJETO	0,5	15	7,5	R\$ 750,00
COORDENAÇÃO GERAL	0,5	37	18,5	R\$ 1.850,00
COORDENAÇÃO IMEDIATA/GO	0,5	67	33,5	R\$ 3.350,00
COORDENAÇÃO IMEDIATA (mobilização)	1	42	42	R\$ 4.200,00
ASSESSOR/A TÉCNICO/A JÚNIOR	2	74	148	R\$ 14.800,00
ASSESSOR/A TÉCNICO/A PLENO/A	2	544	1088	R\$ 108.800,00
COORDENAÇÃO GERAL (Organização Institucional)	0	84	0	R\$ -
ANALISTA ADMINISTRATIVO	0,5	84	42	R\$ 4.200,00
ASSESSOR/A TÉCNICO/A PLENO/A (Organização institucional)	0	121	0	R\$ -
PROFISSIONAL DE LIMPEZA	0	42	0	R\$ -
			1401	R\$ 140.050,00

VALOR DA DIÁRIA

ITEM	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	CUSTO TOTAL
Lanche	2	R\$ 20,00	R\$ 40,00
Almoço	1	R\$ 60,00	R\$ 60,00
VALOR TOTAL			R\$ 100,00

ESTIMATIVA DE Nº DE DIÁRIAS POR PROFISSIONAL PARA CÁLCULO DE VALOR TOTAL DE DIÁRIAS. A EXECUÇÃO DE DIÁRIAS POR CARGO PODE TER VARIAÇÕES COM BASE NA NECESSIDADE DO PROJETO

6. SOFTWARES

2.4.8 - ESTIMATIVA DE LICENÇAS DE SOFTWARES

EQUIPE	LICENÇA/ PLATAFORMA	QUANTIDADE	VALOR UNIDADE	VALOR TOTAL	PERIODICIDADE	OBSERVAÇÕES
GI	Licenças Microsoft 365 Business Premium (Nonprofit)	130	R\$ 630,00	R\$ 81.900,00	Anual	Uma licença por colaborador
GI	Kaspersky Endpoint Security Cloud PRO	120	R\$ 180,00	R\$ 21.600,00	Anual	Antivírus - 1 licença por equipamento
GI	TeamViewer	1	R\$ 15.000,00	R\$ 15.000,00	Anual	
GI	Microsoft Power BI Pro	10	R\$ 425,25	R\$ 4.252,50	Anual	
GI	Microsoft Power Automate	5	R\$ 1.320,00	R\$ 6.600,00	Anual	
GI	Microsoft Power Apps	110	R\$ 580,00	R\$ 63.800,00	Anual	
GI	Plagius	6	R\$ 598,80	R\$ 3.592,80	Anual	
GI	Windows 365	10	R\$ 6.000,00	R\$ 60.000,00	Anual	
GI	Windows Pro	12	R\$ 125,00	R\$ 1.500,00	Anual	
Comunicação	Adobe Creative Cloud Teams	4	R\$ 2.812,50	R\$ 11.250,00	Anual	
GI	Clouds de Armazenamento	12	R\$ 2.500,00	R\$ 30.000,00	Anual	
RH	Tangerino	1	R\$ 9.600,00	R\$ 9.600,00	Anual	
PROJETO	Monday	1	R\$ 112.500,00	R\$ 112.500,00	Anual	
GI	Espaço adicional para armazenamento no Sharepoint	1	R\$ 59.560,00	R\$ 59.560,00	Anual	
TOTAL ANUAL				R\$ 481.155,30		

PROJEÇÃO ESTIMADA PARA FINS DE CÁLCULO DE ORÇAMENTO TOTAL. QUANTIDADES E AQUISIÇÕES PODEM VARIAR NO DECORRER DA EXECUÇÃO



10. Referências bibliográficas





Assembleia Geral das Nações Unidas. Resolução n. 60/147 de 2005: PRINCÍPIOS BÁSICOS E DIRETRIZES SOBRE O DIREITO A MEDIDAS DE SANEAMENTO E REPARAÇÃO PARA VÍTIMAS DE VIOLAÇÕES GRAVES AO DIREITO INTERNACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS E AO DIREITO INTERNACIONAL HUMANITÁRIO. Disponível em:

[https://gaz.wiki/wiki/pt/Basic Principles and Guidelines on the Right to a Remedy and Reparation for Victims of Gross Violations of International Human Rights Law and Serious Violations of International Humanitarian Law](https://gaz.wiki/wiki/pt/Basic_Principles_and_Guidelines_on_the_Right_to_a_Remedy_and_Reparation_for_Victims_of_Gross_Violations_of_International_Human_Rights_Law_and_Serious_Violations_of_International_Humanitarian_Law)

BRASIL. Lei n. 6.938, de 31 de agosto de 1981. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, ed. 165, 31 ago. 1981.

BRASIL. Lei n. 10.650, de 16 de abril de 2003. Dispõe sobre o acesso público aos dados e informações existentes nos órgãos e entidades integrantes do Sistema Nacional de Meio Ambiente - Sisnama. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, ed. 74, 17 abr. 2003.

BRASIL. Lei n. 12.527, de 18 de novembro de 2011. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do caput do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, ed. 222, 18 nov. 2011.

BRASIL. Lei n. **13.709**, de 14 de agosto de 2018. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, ed. 155, 15 ago. 2018.

BRASIL. Projeto de lei federal n. 2.788, de /2019. Institui a Política Nacional de Direitos das Populações Atingidas por Barragens, e dá outras providências. Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/138122>



FREIRE, Paulo. Pedagogia do Oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, 17ª ed

MAFRA, Rennan Lanna Martins. Mobilização social e comunicação: por uma perspectiva relacional. **Revista Mediação**, Belo Horizonte, v. 12, n. 14, p. 143-157, jul./dez. 2010.

MINAS GERAIS. Lei estadual n. 23.795, de 15 de janeiro de 2021. Institui a Política Estadual dos Atingidos por Barragens – Peab – e dá outras providências. Disponível em: <https://leisestaduais.com.br/mg/lei-ordinaria-n-23795-2021-minas-gerais-institui-apolitica-estadual-dos-atingidos-por-barragens-peab-e-da-outras-rovidencias>

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Censo Demográfico 2010: Características da População e dos Domicílios - Resultados do Universo. Rio de Janeiro: IBGE, 2011. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9662-censo-demografico-2010.html>. Acesso em: 25 set. 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Censo Demográfico 2022: População e Domicílios - Primeiros Resultados. Rio de Janeiro: IBGE, 2023. Disponível em: <https://censo2022.ibge.gov.br/panorama/>. Acesso em: 25 set. 2025.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). Mapa das Organizações da Sociedade Civil. Brasília: Ipea, 2021. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=37750&catid=1. Acesso em: 26 set. 2025.

PERUZZO, Cicilia M. Krohling. Pressupostos epistemológicos e metodológicos da pesquisa participativa: da observação participante à pesquisa-ação. **Estudios sobre las Culturas Contemporáneas**, Colima, v. 23, n. 3, p. 161-190, set./dez. 2017.

WERNECK, Nisia Maria Duarte et al. **Mobilização social**: um modo de construir a democracia e a participação. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

